

VOCÊ-ESTA-EM-TERRA
QUILOMBOLA

Camping
Rio Verde

Rio Verde
Município
Caminho

UM ENSAIO PROJETUAL NA COMUNIDADE
REMANESCENTE DO QUILOMBO VIDAL MARTINS

VOCÊ ESTÁ EM TERRA QUILOMBOLA

UM ENSAIO PROJETUAL
NA COMUNIDADE REMANESCENTE DO QUILOMBO VIDAL MARTINS

GABRIEL SAPPINO SALA
ORIENTADOR RICARDO SOCAS WIESE

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ARQUITETURA E URBANISMO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS, 2021

Em memória de Enrique Aurélio Sala Frugoni
e Eunice Barbosa (Nice).

INTRODUÇÃO

Até 2013 se desconhecia a existência oficial de comunidades quilombolas em Florianópolis, quando o primeiro grupo descendente de escravos conseguiu reunir documentos e relatos suficientes para transformar esse cenário (ROSA, 2014), exigindo uma revisão na história da capital do estado "mais branco" do país (IBGE, 2010).

A comunidade, que resiste hoje estabelecida em dois núcleos separados, possui uma história singular, construída ao longo de séculos, adequando-se às condições políticas, sociais, econômicas e ambientais próprias dos espaços e dos tempos onde se desenvolveu, e possui também uma história comum, partilhada por muitas outras comunidades no Brasil, marcadas por semelhanças que permitem classificá-las hoje sob o mesmo nome de "comunidades remanescentes de quilombos".

Como tantas outras no Brasil e no estado de Santa Catarina, mas única, até o momento, em Florianópolis, a comunidade quilombola Vidal Martins hoje luta pelo reconhecimento do direito às suas terras tradicionais, situação que gera um embate tanto na esfera política, quanto na social e uma situação de apreensão e instabilidade dentro da comunidade.



ESCRavidÃO NO BRASIL

Para entender essas histórias - a comum e a específica - precisamos antes entender as condições que permitiram (ou exigiram) sua formação.

Essa história remonta aos primórdios da colonização das Américas. Remonta aos tempos de mercantilismo, baseado na exploração da mão de obra escrava. Remonta aos tempos em que as terras até então habitadas por indígenas (e toda uma fauna e flora nativas) foram tomadas como propriedade e seus habitantes forçados a trabalhar e aceitar as novas imposições culturais, religiosas e morais. Remonta aos tempos em que milhões de africanos foram retirados de suas terras, exportados a outro continente em porões de navios em situação insalubre, para tornarem-se mercadoria. Tempos em que diferentes povos de diversas partes do continente africano foram separados de suas terras, de suas famílias, de seus pertences, portando consigo apenas seus corpos, que nem seus seriam mais, senão de algum senhor.

A mão de obra escrava foi fundamental para que o sistema econômico da época pudesse existir, eram os braços que aravam a terra, semeavam, colhiam, capinavam, processavam, moíam e torravam. Mas também eram os braços que carregavam, lavavam, cozinhavam, costuravam,

vendiam, pescavam, construíaam e executavam tantas outras funções quantas fossem necessárias. Não para si próprios, não para enriquecimento pessoal, mas para outros, que os recompensavam com um chão frio para dormir, com repressão de suas tradições culturais e religiosas, com torturas e punições. Mas a violência cometida contra esse povo não parou por aí, não foram apenas os maus tratos, o trabalho forçado e a repressão: foi e é também o não reconhecimento de sua importância na história e até de sua presença.



INVISIBILIDADE E EMBRANQUECIMENTO

A presença de cativos africanos no Brasil se deu em tantos lugares quanto a ocupação por colonizadores europeus alcançou, desde os primeiros séculos de colonização, chegando muitas vezes a superar a população de brancos. Ainda assim, na região sul do país, em especial no estado de Santa Catarina, é comum encontrar em livros, pesquisas acadêmicas, na mídia e especialmente na visão de grande parte da população, a crença de que não houve escravidão ou que ela foi insignificante e conseqüentemente, a presença de negros no estado é questionada ou irrelevada.

Essa imagem não surgiu por acaso, ela foi construída ao longo de décadas, desde meados do século XIX, quando pesquisas ditas "científicas" que apontavam para a "inferioridade da raça negra e uma superioridade da raça branca" ganharam espaço, simultaneamente a políticas que visavam o embranquecimento da população, como o incentivo à vinda de imigrantes europeus.

A elite intelectual no início do século XX defendia o embranquecimento da população como uma forma de melhorar a população, influenciada pelas teorias racistas do século XIX.



ESCRAVOS EM SANTA CATARINA

Em Santa Catarina, a produção científica desenvolvida ao longo do século XX tende a relacionar a presença de escravos com a produção econômica, que na época era baseada na exportação de produtos agrícolas. Logo, a produção catarinense, voltada para subsistência e abastecimento interno, indicaria uma presença insignificante de cativos, além de outras afirmações que relativizam a condição do escravo nessas lavouras, por serem de menor porte quando comparadas a outras em outras partes do país, maiores, voltadas para a exportação, como no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia.

A forte presença de imigrantes europeus, especialmente italianos e alemães, também contribuiu para a imagem de Santa Catarina como a Europa, branca, no Brasil, atendendo “aos interesses das elites intelectuais e políticas de implantar um povoamento com populações tidas como racialmente superiores e provenientes de áreas tidas como mais desenvolvidas” (LEITE, 2008, p. 967).

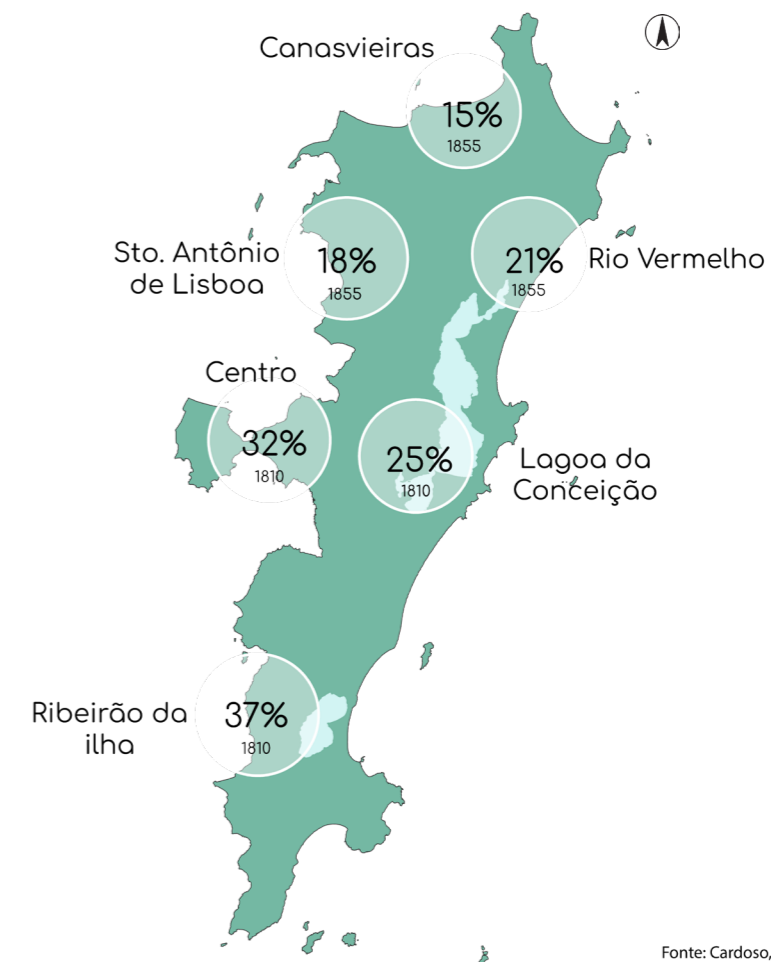
Essa população encontrou aqui um ambiente favorável à reprodução das teorias raciais, importadas da Europa ou recriadas no Brasil, à naturalização das de-

sigualdades, biologização das diferenças e legitimação de uma segregação sutil, conformando um tipo de ocupação do espaço territorial que se refletiu em “perdas significativas para os que já se encontravam anteriormente na terra, como indígenas, africanos e seus descendentes até os dias atuais” (LEITE, 2008). Somado a esse cenário e ao mesmo tempo em função dele, o preconceito e o racismo presentes na realidade local se refletem no censo demográfico, desencorajando a autoidentificação de pessoas negras como tal, o que acaba reforçando o discurso da baixa presença de negros na região.

Cada uma dessas condições ajudou a criar um cenário que permitiu a invisibilização dessas populações, tanto na sua participação histórica, do papel e da importância que tiveram para a construção das cidades e das economias locais, quanto nos dias atuais.

É uma luta necessária enfrentada por Florianópolis e Santa Catarina, contra os preconceitos da imaginação sobre o nosso passado. Recuperar para a história as profissões, as relações familiares, os locais de moradia, as redes de solidariedade, os esforços para conquista de liberdade, construídos por africanos e seus descendentes, hoje, afro-brasileiros, na capital catarinense (CARDOSO, 2008)

Quando o assunto é investigado mais a fundo, revela-se uma outra realidade, que vem sendo explorada nas últimas décadas como um esforço para transformar essa imagem construída e recuperar a imagem apagada da história. Mesmo com dados escassos, é possível encontrar registros que mostram uma presença considerável de escravos nas principais cidades do estado no século XIX. Com frequência os números representam um quinto a um quarto da população, chegando a valores mais altos quando se observam algumas freguesias dentro da Ilha de Santa Catarina, como foi o caso do Ribeirão da Ilha, que chegou a ter 37% da população composta por escravos (CARDOSO, 2000).



Porcentagem de escravos na população das principais freguesias da Ilha de Santa Catarina, nos anos 1810 e 1855. Fonte: Cardoso, 2000.

ANO	FREGUESIAS											
	CAPITAL			SÃO FRANCISCO			LAGUNA			SÃO JOSÉ		
	ESCRAVOS	TOTAL	%	ESCRAVOS	TOTAL	%	ESCRAVOS	TOTAL	%	ESCRAVOS	TOTAL	%
1810	3.313	12.471	26,57	623	4.788	13,01	1.377	6.383	21,57	2.808	-	-
1856	3.978	20.916	19,02	2.736	14.552	18,80	3.684	25.221	14,61	2.831	17.234	16,43
1860	3.597	19.945	18,03	3.948	17.476	22,59	3.310	33.542	9,87	2.225	15.699	14,17
1864	3.842	21.136	18,18	2.071	15.415	13,43	3.427	39.788	8,61	2.303	17.918	12,85
1866	3.416	21.099	16,19	937	14.622	6,41	3.228	23.408	13,79	2.319	20.602	11,26
1872	3.359	24.144	13,91	1.583	13.366	11,84	2.737	18.698	14,64	2.492	24.897	10,01

Quantidade de escravos nas principais cidades de Santa Catarina entre 1810 e 1872. Fonte: Cardoso, 2000.

QUILOMBISMO

A forma de ocupação das terras em todo o Brasil se deu por meio da lógica da expulsão dos indígenas e dos negros, da exploração da mão-de-obra compulsória dos africanos e seus descendentes. “A territorialidade negra, portanto, foi desde o início engendrada pelas e nas situações de tensão e conflito” (LEITE, 2008, p. 967).

Uma resposta encontrada por essa população, frente a condições opressoras e degradantes, foi o aquilombamento.

O movimento de aquilombamento teve como representante mais conhecido, pela dimensão e organização, o Quilombo dos Palmares. Fundado em 1590, representou um espaço de liberdade para escravos e resistiu por mais de 100

anos a ataques holandeses, luso-brasileiros e de bandeirantes paulistas. Segundo alguns autores, representou um “pedaço de África transplantado para o Nordeste do Brasil” – onde a cultura africana oferecia aos escravos um repertório para a resistência. Assim, a “reafirmação da cultura e do estilo de vida africanos” nos quilombos constituía a base para a luta “contra os padrões de vida impostos pela sociedade oficial”. Hoje valoriza-se o conteúdo político e revolucionário do movimento, tido como exemplo de luta e resistência, bem como é destacada a presença de elementos indígenas, europeus e africanos na sua formação, ressaltando seu caráter propriamente “afrobrasileiro”. (LARA, sem data).

O movimento de aquilombamento não se restringiu a fugas de escravos e ocupação de terras em meio a mata, a maioria dos agrupamentos se deram em torno de terras doadas ou herdadas e também se deu através da compra e arrendamento das terras. Tampouco se limitaram aos tempos de escravidão. Embora decorrentes desse processo, a abolição da escravidão em 1888 não significou o fim dos quilombos. O fim da escravidão não foi acompanhado de políticas de reparo e acolhimento das pessoas negras e não alterou significativamente as práticas de expropriação e controle da terra: cada indivíduo e cada grupo teve que encontrar sua forma de resistência e sobrevivência.

Esse caminho se deu através das mais diferentes formas: buscando a sorte nas grandes cidades, permanecendo nas terras de seus

antigos senhores, ou distanciando-se delas, por exemplo. E diferentes foram os obstáculos e consequências de cada um dos caminhos, como o racismo e a segregação racial, social e espacial, habitações precárias e insalubres, expropriação das suas terras e jornadas de trabalho degradantes.

Embora bastante relacionado a ideia de fugas de escravos, os quilombos nunca se limitaram a isso:

Os quilombos são coletividades que se estabeleceram como locais de liberdade diante de um sistema autocrático (escravidão), tanto no Brasil colônia quanto no império, no qual reproduzia uma maneira de vida, de organização social, de territorialidade que pertencia a todos que ali habitavam, isto é, uma coletividade que tem na terra uma cotidianidade, um jeito de existir, resistir e lutar (CRISPIM, 2017).



Foto: Luis Eduardo Tavares.



COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Nos diferentes ambientes, fosse rural, urbano, semi-rural, nos subúrbios e morros que circundam as cidades, a organização de grupos negros significou um espaço de liberdade não só de seus corpos, mas também de expressão, de manifestação cultural, de modos de vida, de organização e relações sociais. Esses espaços permitiram a continuidade de tradições próprias, características particulares à história de cada comunidade, construída por cada indivíduo, local e tempo que por ela passou: com origem em um ou mais povos da África, no Brasil passaram por uma ou mais cidades, de diferentes regiões, trabalhando para um ou mais proprietários, nas mais diversas atividades.

TERRITÓRIO E IDENTIDADE

Quando se fala de identidade quilombola, os conceitos de território e identidade estão intimamente relacionados. Segundo Bravo (2015, p.46):

A terra, o território étnico, tem papel essencial nas lutas de reivindicação das comunidades quilombolas, este simboliza a base da resistência e da permanência. É no território onde vão se manifestar as disputas e conquistas destes po-

vos; é o espaço onde se materializa sua história e sua cultura e é onde de alguma forma, se garante a continuação do grupo.

Como coloca Malcher (2009, p. 9), é a terra que assegura o sentimento de identidade e pertencimento, a um lugar e a um grupo, bem como a posse coletiva da terra e o desenvolvimento coletivo, transmitido e construído através de gerações, por meio do território étnico, quilombola.

Identidade compreendida aqui como um processo de construção social ao longo do tempo, cujo caráter simbólico cultural procura, de forma indireta, afirmar a diferença do grupo, com relação a outro grupo, com o fim de garantir a continuidade de seus valores e modos de vida. (BRAVO, 2015; MALCHER, 2009). A luta quilombola se coloca, assim, não só pelo reconhecimento da participação do africano na construção do país, pela reparação da dívida histórica da sociedade brasileira para com a população afro-brasileira, ou na luta pelo seu território histórico, coloca-se também como uma luta anticolonialista, questionando a compreensão hegemônica e homogênea da reali-

dade, da história, do modo de viver, de pensar, de consumir. Questiona as relações de poder e de colonialidade, elaborando e valorizando perspectivas locais.

QUILOMBO NO SÉCULO XXI

O significado e o reconhecimento de quilombos se transformou ao longo do tempo. Foram séculos de luta e manifestação, militância de movimentos sociais negros, conquista do apoio de diversos setores da sociedade brasileira, pela garantia de direitos fundamentais das populações negras, que culminaram no reconhecimento dos direitos quilombolas e sua incorporação no aparato legal brasileiro, como compensação e/ou reparação à opressão histórica sofrida, e que culminou no artigo de número 68 da Constituição de 1988.

No entanto, ainda sem definir “procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades

“Nossa família pegava peixe, camarão e vários outros frutos do mar [...] Nossa comunidade também trabalhava nos engenhos de farinha de mandioca, trocávamos farinha de mandioca por outras mercadorias, fazíamos também cachaça com butiá, consumíamos muita coisa e trocávamos muita coisa” (Shirlen Vidal de Oliveira) (MAMIGONIAN; SILVA; LEITE; SPAOLONSE; CAMPOS, 2019, p. 71)



dos quilombos” (BRASIL, 2003 apud BRAVO, 2015, p. 38) os quais vêm sendo elaborados e incorporados na legislação ao longo das décadas e que permitiram transformar a visão de quilombo para “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (Brasil, 2003 apud BRAVO, 2015, p. 34) onde além do passado comum de escravidão, envolve “formas específicas de cultura, de organização social através da consanguinidade e o parentesco, manifestadas no espaço geográfico” (BRAVO, 2015, p. 34).

“A proteção e afirmação dos direitos das comunidades remanescentes de quilombos passam necessariamente pela regularização fundiária dos territórios ocupados”, o qual, como lembra a autora, é pensado “não como propriedade individual, mas como apropriação comum ao grupo (MALCHER, 2009, p.8).

Outra política fundamental nesse processo de reconhecimento e apoio às comunidades quilombolas foi a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, a qual coordenou o Programa Brasil Quilombola, lançado em 2004 e

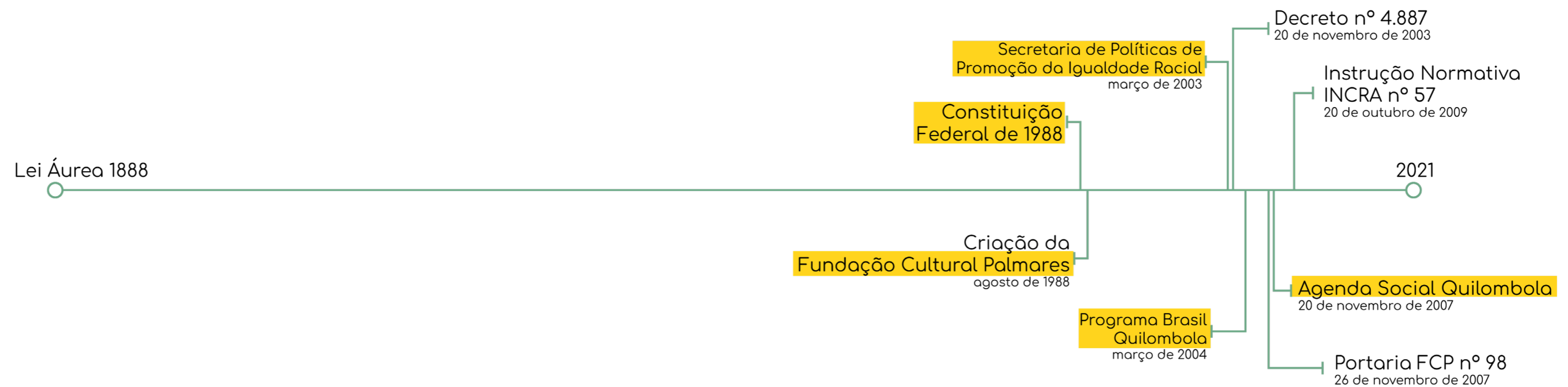
a Agenda Social Quilombola, em 2007, com o objetivo de garantir o acesso das comunidades remanescentes de quilombo às necessidades básicas, como acesso à terra, à infraestrutura e qualidade de vida (saneamento, habitação, eletrificação, comunicação e vias de acesso), construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas de saúde, educação e assistência social, inclusão produtiva e desenvolvimento local, através da autonomia econômica, baseada na “identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território, visando a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades” e di-

reitos e cidadania (SEPPIR, 2013).

Entretanto, as conquistas no dispositivo legal não significaram uma garantia dos direitos e da propriedade das terras. A real efetivação dessas leis enfrenta barreiras por diversas razões em diferentes etapas do processo: escassez de equipe e recursos para realizar os procedimentos, a demora para elaboração dos laudos antropológicos e delimitação das terras, a efetivação da desintrusão daquelas que se encontram nas terras quilombolas. Frequentemente as terras estão em conflito com propriedades privadas, indústrias, fazendas, terras de extração mineral

ou de madeira, onde fortes interesses econômicos agem de forma a dificultar o reconhecimento das terras quilombolas.

A vasta legislação disponível hoje se esbarra também com preconceitos e barreiras de todos os tipos. Esbarra-se com tecnologias de dominação instaladas há mais de três séculos e que têm como base de sustentação o controle do acesso à justiça, tecnologias de controle e manipulação da máquina estatal, da própria legislação, da força repressiva pela apropriação privada de recursos públicos e tantas outras (LEITE, 2008, p. 973).



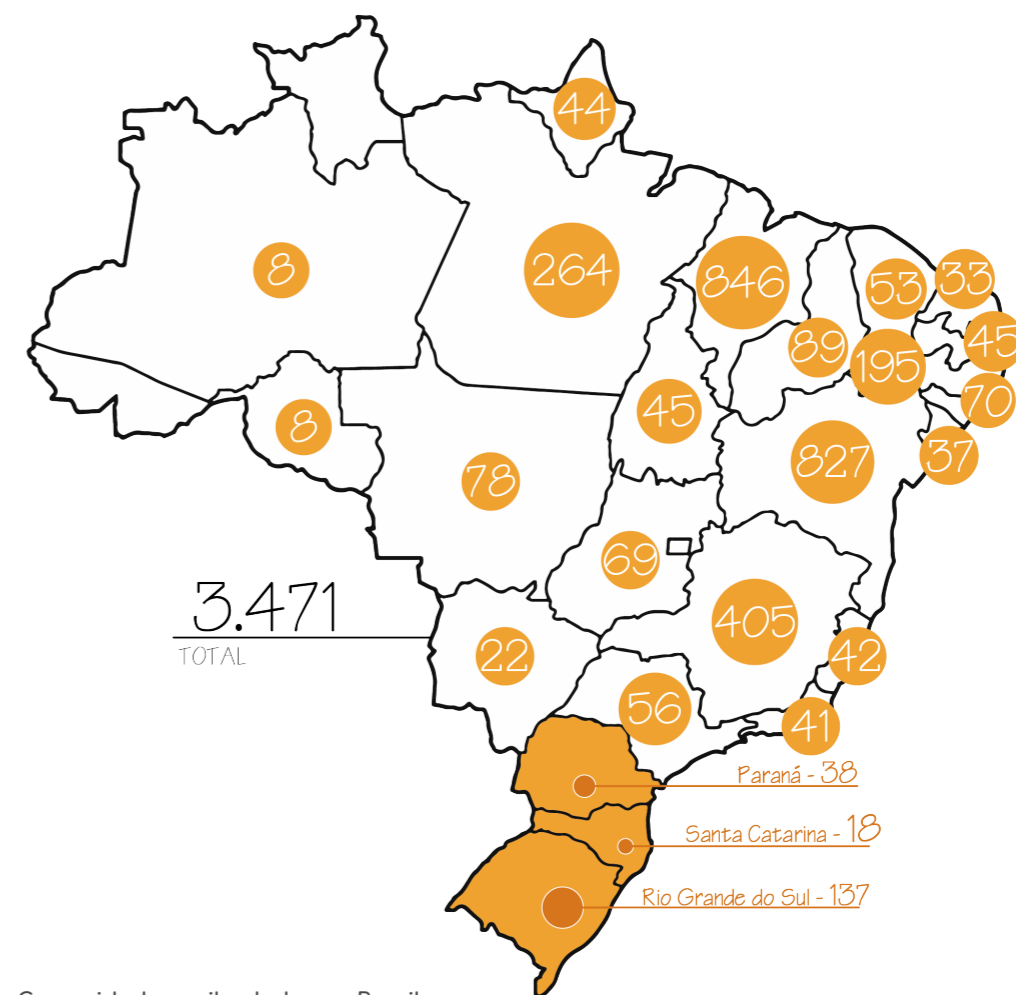
RECONHECIMENTO

A elite dominante sempre desenvolveu esforços para evitar ou impedir que o negro, após a chamada abolição, pudesse assumir suas raízes étnicas, históricas e culturais (Abdias do Nascimento, 2009, p. 197).

Após a criação do dispositivo constitucional em 1988, apenas em 1995 o primeiro quilombo foi reconhecido no Brasil: a Comunidade Boa Vista no Alto Trombetas, no Pará. A partir de então outras comunidades conseguiram seu reconhecimento, mas foi a partir de 2003 que a maior parte das comunidades quilombolas e suas terras passaram a ser reconhecidas, somando hoje mais de 3400 comunidades certificadas, segundo a Fundação Cultural Palmares (FCP).

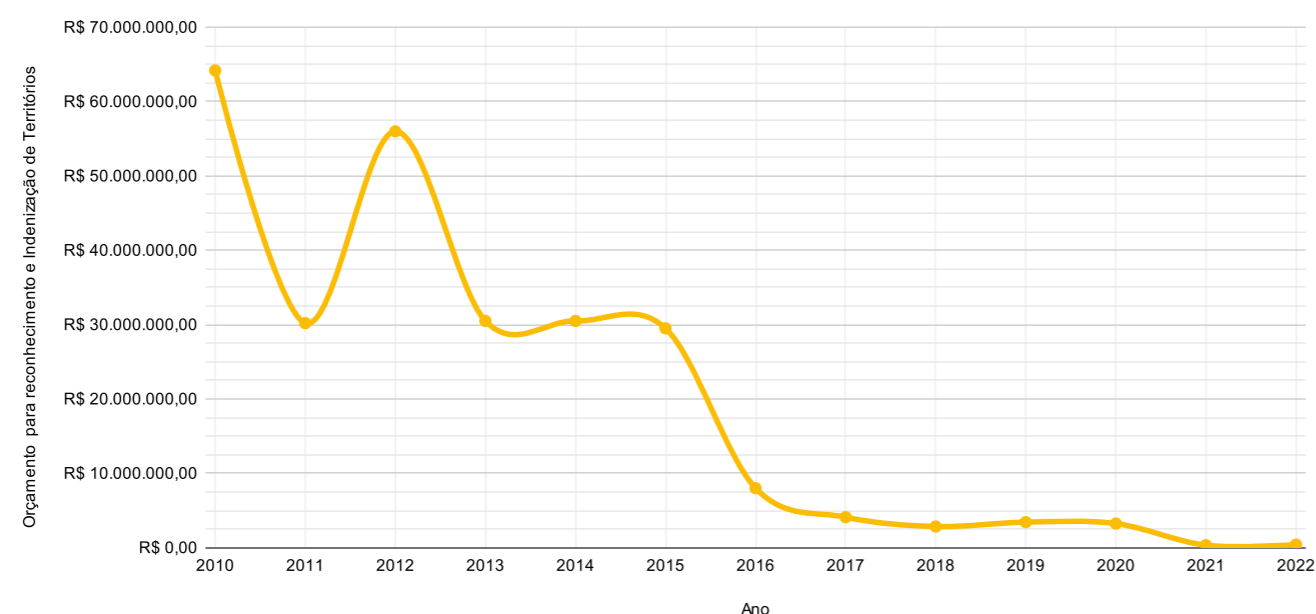
Só em 2004 se deu o reconhecimento da primeira comunidade remanescente de quilombo em Santa Catarina, a Invernada dos Negros, nos municípios de Abdon Batista e Campos Novos, questionando o discurso da ausência de descendentes de escravos e de quilombos na região e afirmando sua presença no interior do estado. A partir de então, outras comunidades passaram a se identificar como quilombolas e buscar seu reconhecimento pelo Estado. Hoje são pelo menos 20 comunidades autoidentificadas e 18 certificadas pela FCP.

No entanto, menos de 7% de todas as comunidades quilombolas no Brasil tiveram suas terras tituladas, em Santa Catarina, apenas uma conseguiu a titulação, e ainda não integralmente.



Comunidades quilombolas no Brasil.

Orçamento anual para Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas



Orçamento para políticas de regularização de terras quilombolas na Lei Orçamentária Anual. Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo.



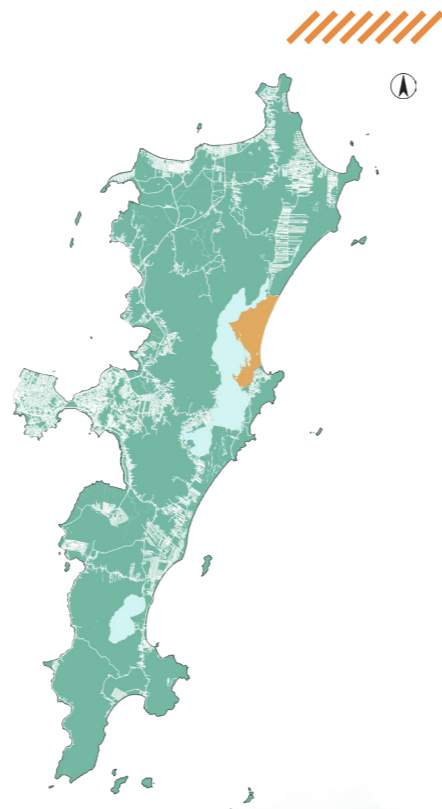
Comunidades quilombolas em Santa Catarina

QUILOMBOS EM FLORIANÓPOLIS

Apenas em 2013 a primeira comunidade remanescente de quilombo foi oficialmente reconhecida em Florianópolis, localizada no bairro Rio Vermelho, na porção leste/norte de Florianópolis, nomeada como Comunidade Vidal Martins.

O conhecimento por parte da comunidade da existência da categoria quilombola, do seu significado e dos direitos que esta remete despertou o passado coletivo, carregado de narrativas que indicam uma vinculação com um determinado lugar, um espaço vivido pelos seus ascendentes. Foram então os indivíduos do grupo reconstruindo o processo histórico da comunidade, identificando relações de parentesco e trajetórias, tradições e práticas, ressignificando assim, sua ancestralidade, se tornando novos sujeitos políticos que se auto-identificam quilombolas e que atualmente reivindicam o território onde a sua história comum foi vivida (BRAVO, 2015, p. 11).

Novamente afirmando, agora na capital do estado, “a identidade afro-descendente proveniente do sistema escravocrata como sendo partícipe da configuração multiétnica e pluricultural de Florianópolis” (BRAVO, 2015, p. 10) e de Santa Catarina, e abre o caminho para que outras comunidades negras no município busquem também reconstruir sua trajetória e reivindicar direitos que lhes foram privados ao longo da história.

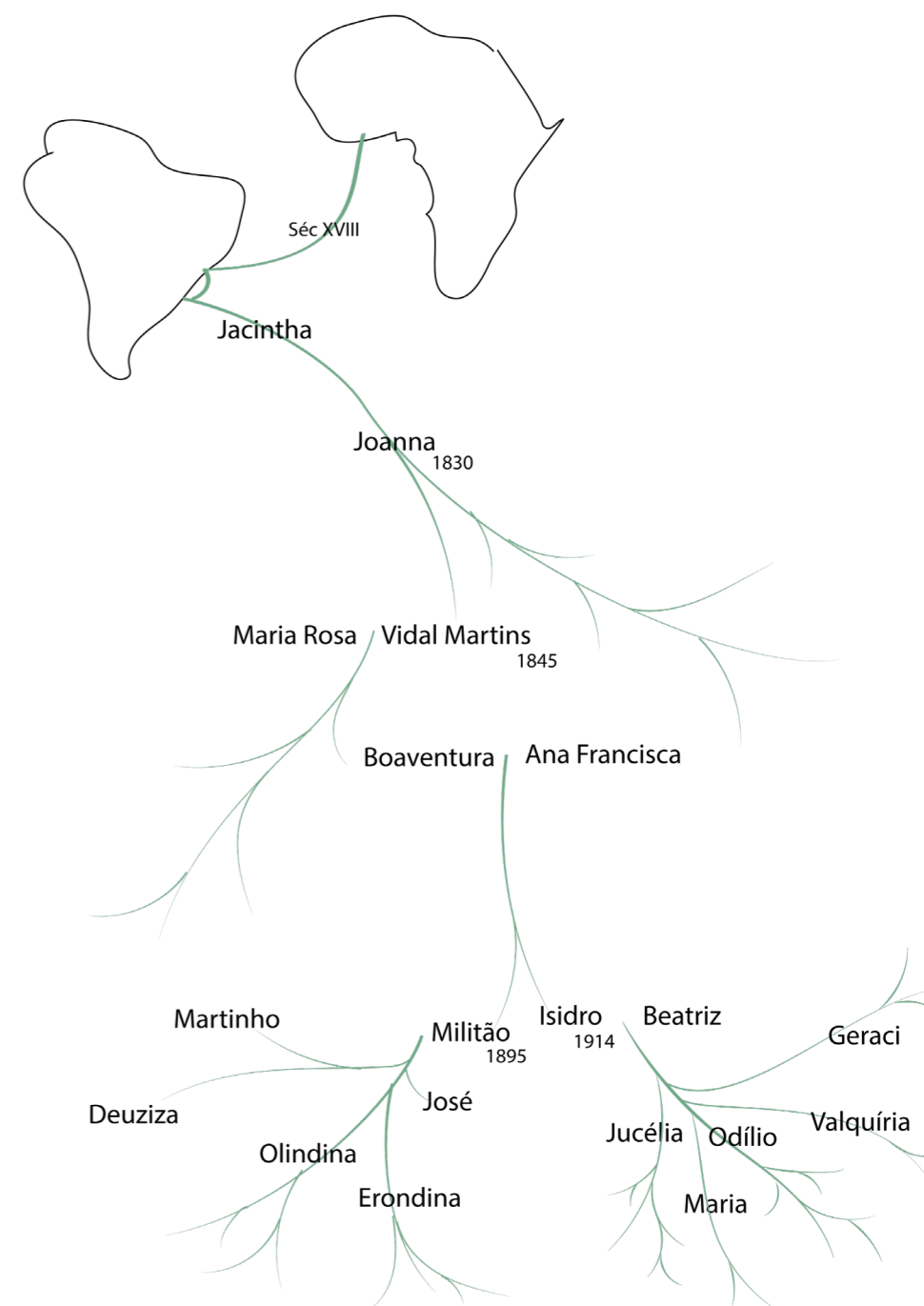


COMUNIDADE REMANESCENTE DO QUILOMBO VIDAL MARTINS

O território histórico com o qual a comunidade relaciona a sua identidade quilombola e de onde foram gradualmente expulsos a partir da década de 50, é compreendido por uma estreita faixa de terra entre a Lagoa da Conceição e o oceano, na costa leste de Florianópolis.

Hoje o território faz parte do Parque Estadual do Rio Vermelho, uma importante Unidade de Conservação (UC) em Florianópolis/SC. A comunidade, formada por 31 famílias e quase 100 pessoas, encontra-se dividida em dois núcleos principais, um no bairro Rio Vermelho, onde 16 famílias vivem condensadas em um pequeno lote ao lado dos limites do Parque, adquirido há mais de 40 anos, e o outro núcleo encontra-se no bairro vizinho, a Costa da Lagoa, do outro lado da Lagoa da Conceição.

As origens da comunidade e sua trajetória desde os tempos de escravidão, foram por muito tempo evitadas em função da memória dos momentos de sofrimento que ela remetia. No entanto, hoje essa compreensão foi ressignificada e “essas raízes são a principal base pela qual a comunidade traça sua história compartilhada” (BRAVO, 2015, p. 82)



Nossa comunidade tem um vínculo muito grande com a terra porque nossos ancestrais foram escravizados ali, construíram família ali, com a força dos seus braços fizeram casa, roça, [...] naquelas terras tiveram seus filhos, ali cantamos nossas cantigas, nosso Terno de Reis, ali foram enterradas as placentas e os cordões umbilicais dos nossos ancestrais, ali está os restos mortais deles, foi ali que permaneceram após libertos e constituíram famílias (Shirlen Vidal de Oliveira)

(MAMIGONIAN; SILVA; LEITE; SPAOLONSE; CAMPOS, 2019, p. 70)



RTID

Uma importante etapa para o reconhecimento e demarcação das terras quilombolas consiste na elaboração de um Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), para o qual se produz um elaborado levantamento antropológico. Este levantamento, no caso da Comunidade Remanescente do Quilombo Vidal Martins, foi um trabalho longo e intenso, em que além dos documentos e pesquisas que a comunidade já havia iniciado para a abertura do processo, antes de

2013, só foi concluído em 2019. Sob a responsabilidade do INCRA, foi feito em parceria com a UFSC, que coordenou uma equipe interdisciplinar de pesquisa multidisciplinar, formada por núcleos da área de antropologia, de história e geografia. A parceria foi firmada em 2015, que resultou em duas versões elaboradas pela UFSC, a última entregue em 2018, a qual ainda foi revisada e editada pelo INCRA e concluída no final de 2019.

O estudo demonstra o pertencimento da comunidade às terras reivindicadas e apresenta a trajetória

do grupo e das terras desde o período da escravidão até os dias atuais, através de entrevistas e dinâmicas com os comunitários e reforça as informações por meio de documentos e registros históricos. São mais de 200 páginas de material condensado, além dos documentos que embasaram a pesquisa.

O Relatório Antropológico fundamentou este trabalho, de onde se apreenderam informações sobre o histórico, a cultura, modos de vida, relações com o território e atividades tradicionais, sobre o território e a situação atual da comunidade, os quais foram registrados por meio de conversas e entrevistas com os comunitários, além de dinâmicas como a elaboração de mapas colaborativos.

Também foi importante para o desenvolvimento deste projeto o trabalho de conclusão de curso da aluna de graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Cláudia Rojas Bravo (2015), que também participou da elaboração do Relatório Antropológico. Foram feitas, também, duas saídas de campo via Lagoa da Conceição, para o reconhecimento das áreas focadas no trabalho.



A COMUNIDADE

A comunidade expressa como sua história tem sido apagada a partir da desapropriação do território e o quanto o retorno a este simboliza a recuperação de um vínculo histórico e cultural enraizado, oportunizando o cultivo de tradições e projeções futuras relacionadas à uma renovação sócio cultural. Ao assumir uma identidade, a comunidade quilombola Vidal Martins está valorizando seus traços culturais, de pertencimento, relações coletivas com o território e o direito à terra (BRAVO, 2015, p. 11)

Os membros mais antigos da comunidade descrevem com detalhes a vivência e o espaço de suas infâncias no território onde sua família habitou por gerações. Locais de plantio, de colheita, de pesca e de manufaturas, por exemplo, que revelam a relação histórica com o território.

Bisnetos de Vidal Martins, Jucélia e Odílio, nascidos no local, contam que nos tempos em que lá viviam, a sua família era a única que morava lá e “as únicas casas identificadas por ambos quando ainda eram crianças pertenciam à família do Boaventura Vidal e a família da sua esposa Ana Francisca”. Outras casas ainda existem na região, vestígios de antigas



Mapa colaborativo realizado com membros do Quilombo Vidal Martins para elaboração do Relatório Antropológico (2019)

habitações de seus antepassados, segundo contava o pai de Odílio, Isidro Vidal (BRAVO, 2015, p. 84).

Através dos relatos fica muito clara a relação da comunidade com cada ponto do território, cada um marcado por histórias, por crenças, pela presença de plantas e árvores, de animais, de dunas e lagoas, pontos bons para pesca, caça, plantação de determinadas culturas ou coleta: de frutas, plantas medicinais, camarão, siri, berbigão, e até materiais pra construção e artesanatos, como terra, madeira, juncos, cipó, bambu e até conchas para produção de cal. Também são lembrados os lugares onde existiam casas de familiares, ranchos de pesca, engenhos e até senzalas. Essas memórias dão nome a cada caminho, baía, enseada, praia, e morro que cerca a região, como se perceber no mapa de cartografia social realizado pela comunidade (ver mapa adaptado na pág.12).

É interessante destacar que esta relação com o território não era estática, era dinâmica e eram

as atividades que determinavam o uso do espaço. Embora tivessem uma casa principal, locais de moradia provisórios acompanhavam as atividades que exerciam, durante a confecção de balaios ou ao longo de uma plantação/colheita. Odílio lembra conta de períodos em que acompanhava o tio na fabricação de balaios e que para isso construíam uma barraca de pau próxima de onde se colhia bambu e cipó para a sua confecção, e lá ficavam por 10 a 20 dias.

Embora a agricultura fosse uma prática central na família, eles contam que a região era repleta de vegetação nativa, árvores frutíferas e outras espécies importantes para suas atividades.

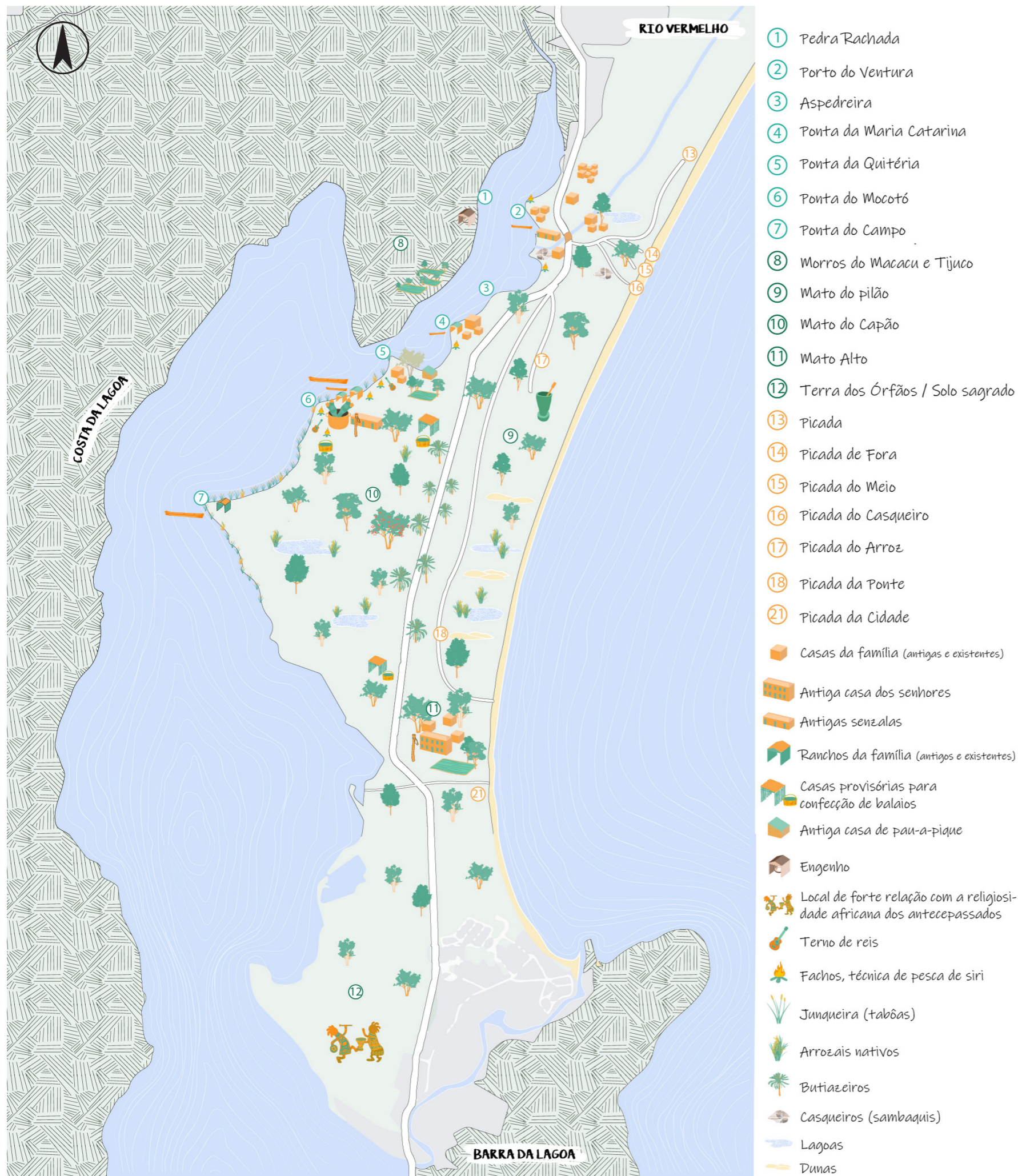
Jucelia comenta que ela costumava sair com sua mãe para pescar, na praia de Moçambique. Elas costumavam pescar linguaruda, moçambique e siri, já no lado da lagoa era mais camarão e extração de berbigão. Inclusive, da casca do berbigão era feito o cal, que utilizavam para pintar as casas feitas na época de pau a pique (BRAVO, 2015, p. 89).



"(...) Quando ele oprimava os balaios tudo é que a gente voltava pra casa. Então eu ia junto para ajudar, para ajudar limpar bambu, limpar o cipó ai ele fazia os balainhos dele e era gostoso isso ai, era bom, a gente fazia o foguinho na rua, assava peixe, cozinhava siri, cozinhava camarão, porque daí mesmo a gente já saía e pescava" - Seu Odílio (BRAVO, 2015, p. 88)

"Eles eram assim, eles moravam aqui, mas quando eles botavam uma roça lá pro meio do campo, eles já faziam uma casa ali, eles ficavam por ali até a recolhição das roças, ficavam lá, e depois eles voltavam pro mesmo lugar, que era a casa deles aqui, eles não ficavam só ali onde eles nasceram, era longe pra eles ir pra lá (...), faziam uma roça, então já faziam uma casinha, um barraco pra eles ficar ali"
(Odílio Isidro Vidal)
(MAMIGONIAN; SILVA; LEITE; SPAOLONSE; CAMPOS, 2019, p. 110)





Áreas principais e pontos de referência no território histórico, lembrados por integrantes do quilombo. Adaptação do mapa elaborado pela comunidade em uma oficina de cartografia social para elaboração do Relatório Antropológico.

BREVE HISTÓRIA DO PARQUE DO RIO VERMELHO

Esse vínculo da comunidade com o território começou a ser restringido pouco a pouco já na década de 50, com a instalação de equipamentos do Estado, como um Posto de Monta pra criação de gado e a Casa de Campo do Governador, na porção mais ao norte do território, sobre as terras onde a comunidade tinha maior proximidade e restringindo o acesso ao resto das terras.

Mas a restrição mais impactante veio no início da década de 60, com a instalação da Estação Florestal do Rio Vermelho, pelo governo estadual. Sua história, desde sua criação em 1962, guarda diversos conflitos econômicos, políticos,

sociais e ambientais traçados pelos múltiplos interesses sobre a área.

Embora a motivação para a fundação do parque, na época sob a categoria de Estação Florestal, seja divergente, o principal objetivo na época, segundo a FATMA (Fundação do Meio Ambiente) seria a “experimentação e identificação das espécies mais aptas a crescer e proteger a orla marítima do Estado, visando principalmente à fixação de dunas, mas também disponibilizar uma área verde para a população”.

Vistas como áreas improdutivas e com o pretexto de que a região encontrava-se “degradada”, “infértil”, onde o uso intenso da terra a teria transformado em uma “extensa área de alagados inóspitos e insalubres” e a “vegetação que protegia as dunas dos ventos marítimos tinha sido destruída, causando a movimentação da areia da praia e das dunas para o interior da restinga” (BRAVO, 2015, p. 53), a área tornou-se alvo de interesse. O Governo de Santa Catarina junto com a Secretaria de Agricultu-



Instalação do parque do Rio Vermelho.
Fonte: Acervo H. Berenhauser - Biblioteca Universitária/UFSC



ra e a Associação Rural Regional de Florianópolis iniciaram um plantio experimental de mais de 20 espécies exóticas, como pinus e eucaliptus, trazidas de 9 países diferentes, para identificar as espécies que melhor se adaptavam à região e se adequavam à produção de florestas em áreas supostamente “improdutivas”.

Para o plantio de 700 hectares de espécies exóticas, foram abertos 40.000 metros de valas para drenagem da água e rebaixamento do lençol freático. Os trabalhos contaram com a participação de moradores do bairro e detentos da penitenciária estadual.

Além da questão ambiental, existia um interesse socioeconômico para área, onde se visava constituir uma produção de sementes de qualidade para abastecer o programa de reflorestamento do Estado, além de constituir uma área de atração turística.

O reflorestamento da área com as espécies exóticas provocou a **des-caracterização** de grande parte da restinga e sua fácil propagação pelo

território inibiram o crescimento e regeneração da vegetação nativa.

Somente em 1974 a Estação Floresta do Rio Vermelho passou à classificação de Parque Florestal e a restauração de flora e fauna locais passaram a ser um de seus objetivos, para fins de estudo, proteção e conservação.

Contrariando o movimento ambientalista, no lugar de a administração do parque ficar sob responsabilidade da FATMA (Fundação do Meio Ambiente), em 1983, passou ser dirigida por uma companhia de economia mista, voltada ao incremento de setores agropecuários, florestais e pesqueiros. No contrato, foi autorizada a comercialização de plantas e espécies florestais e em 1994 a companhia recebeu a total responsabilidade da administração do parque, evidenciando e autorizando a influência de interesses econômicos privados sobre o parque.

Foi identificado o potencial natural que a área do parque possuiu e junto com isto, também começaram a brotar diversos interesses ligados à desordenada expansão imobiliária que vinha acontecendo na costa leste da ilha. (BRAVO, 2015, p. 58)

Aquilo tudo [área que utilizavam] foi cercado... e como hoje ainda é, né? [...] Então foi assim... ficaram com tudo e a gente ficou sem terra nenhuma... Aí, a plantação, ninguém fez mais nada ali mesmo. Dificuldade, tudo... e ali ninguém teve mais nada
(Olindina Maria da Costa)

(MAMIGONIAN; SILVA; LEITE; SPAOLONSE; CAMPOS, 2019, p. 117)

Houve também iniciativas para o desmembramento e doação de parte do parque, que após reivindicações, foram revogadas e negadas.

A atuação de ambientalistas, grupos de pesquisa da universidade e organizações da sociedade civil, como a Associação Amigos do Parque do Rio Vermelho, e ONGs, no final da década de 90 e começo dos anos 2000, foram importantes para regular a administração do parque, que realizava um manejo impróprio e ineficaz, e intervir nos interesses que atuavam sobre ele.

A partir da década de 2000 aumentaram as pressões sobre o parque, de todos os lados, interesses privados sobre as terras e a madeira, de ambientalistas e de moradores. A pressão exercida por entidades civis, exigindo um **plano de manejo** para o parque, culminou na transformação deste em Parque Estadual do Rio Vermelho (PAERVE) em 2007, embora o plano de manejo até hoje não tenha sido realizado.

Ao longo das seis décadas de história do parque, a paisagem do bairro de transformou radicalmente. O bairro essencialmente rural passou a ser um dos bairros de maior crescimento populacional da cidade, passando de 890 habitantes na década de 1970 para mais de 10.000 habitantes no ano de 2010.



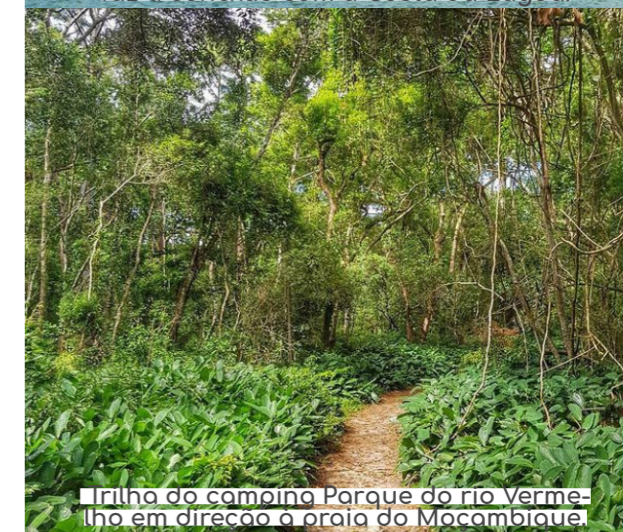
Rodovia que atravessa o Parque Estadual do Rio Vermelho (SC-406).

Foto: Imobiliária Buzz.



Terminal lacustre do Rio Vermelho, que faz a conexão com a Costa da Lagoa.

Foto: Portal da Ilha.



Trilha do campo Parque do rio Vermelho em direção a praia do Mocambique.

Foto: Zé Luís Dias.



Praia do Mocambique e Parque Estadual do Rio Vermelho.

Foto: Vânia Corretora Ingleses



COMUNIDADES TRADICIONAIS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O processo de criação de parques e outras unidades de conservação tem sido acompanhado de diversas modalidades de conflitos em várias partes do mundo, em especial na América Latina, onde estudos mostraram que 86% das áreas protegidas são habitadas (AMED; AMED, 1992; KEMF, 1993 apud COSTA, 2011, p. 111).

A preocupação com os valores preservacionistas e ambientalistas, sob a ideia de natureza imaculada, incapaz de entender uma comunidade e um modo de viver como partícipe desse ambiente natural, muitas vezes “ignora populações etnicamente diferenciadas, que se tornam alvo de políticas discriminatórias e excludentes em prol do que se convencionou ser um bem maior ou um benefício a uma parcela mais expressiva da sociedade.” (SILVA, 2008).

A criação de Unidades de Conservação (UC), embora muito importantes para reduzir as perdas

da biodiversidade e conter o avanço da exploração dos recursos naturais, poluição dos solos e das águas, pela atividade industrial ou pela urbanização, por exemplo, motivado pelo modelo de desenvolvimento em que vivemos, em que os impactos sociais e ambientais são determinados segundo o do retorno econômico, quando o são, “afeta de forma significativa a vida de diversas populações, normalmente diferenciadas por cor, cultura e tradições” (SILVA, 2008).

Em inúmeras comunidades de remanescentes quilombolas espalhadas pelo país, temos observado constantes confrontos entre as entidades ligadas à preservação ambiental e as populações locais. Trata-se de um confronto de proporções absolutamente desiguais, uma vez que de um lado encontramos populações historicamente marginalizadas e excluídas de todos os benefícios da cidadania e, de outro, encontramos os agentes representativos do Estado Nacional e das elites sociais (SILVA, 2008).

A lógica de expulsão de comunidades tradicionais de seus territórios para a implementação de territórios preservacionistas muitas vezes desconsidera a pré-existência de formas de organização baseadas em propriedade coletiva e as relações afetivas desses povos com o seu lugar de origem e memórias coletivas sobre esses mesmos espaços, resultando em situações de injustiça ambiental e configura uma forma de racismo ambiental, uma vez que “tais ações atingem etnias vulnerabilizadas, desterritorializando-as de seus locais de origem, de pertencimento e identidade, causando impactos diversos sobre seus modos de vida” (COSTA, 2011, p. 115).

O próprio processo de regulamentação se caracteriza como um desdobramento do racismo ambiental, pois o que vale “é o que o Estado afirma; por isso, as empresas e o Estado não levam em conta a autodeclaração das comunidades, só

vale se o Estado certificar e titular (SOUSA; SANTOS, 2019, p. 201 apud OLIVEIRA, 2020, p. 330).

Hoje entende-se que a questão ambiental não pode ser dissociada da social, uma vez que decisões sobre aquela refletem diretamente sobre a vida e continuidade de comunidades inteiras e estas, por sua vez, fazem parte do ambiente natural em que estão inseridos, onde o equilíbrio dinâmico entre ambos é permitido graças a uma coevolução entre as partes, onde os saberes e fazeres da comunidade contribuem para a manutenção da biodiversidade. A luta política pelos direitos dos povos tradicionais é também um programa para a conservação da diversidade biológica (COSTA, 2011).

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Nesta perspectiva, uma possibilidade encontrada por comunidades tradicionais inseridas em Unidades de Conservação, como mais uma ferramenta para pensar a inclusão

A nossa comunidade sempre teve uma alimentação tirada 100% da terra, isso antes de perdermos nosso território: plantávamos milho, cana de açúcar, mandioca, aipim... ali pescávamos, tirávamos da natureza, tudo que ela podia nos oferecer e dávamos a ela tudo que ela merece, respeitamos o tempo da terra onde já se plantou sempre deixávamos a terra descansar, se recuperar.

(Shirlen Vidal de Oliveira)

(MAMIGONIAN; SILVA; LEITE; SPAOLONSE; CAMPOS, 2019, p. 194)



social e econômica de grupos vulneráveis e a **conservação dos modos de vida** das comunidades e da biodiversidade, é o **Turismo de Base Comunitária - TBC**. Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), trata-se de “um modelo de gestão de visita**ção protagonizado pela comunidade**, gerando benefícios coletivos, promovendo a **vivência intercultural**, a qualidade de vida, a **valorização da história e da cultura** dessas populações, bem como a **utilização sustentável**, para fins recreativos e educativos, dos recursos da **Unidade de Conservação**” (ICMBIO, 2019, p. 20).

O TBC representa uma **alternativa de renda**, uma oportunidade de valorizar a própria cultura e uma forma de **integrar os jovens** ao modo de vida local, indo de encontro ao sistema convencional de turismo, praticado de forma ecologicamente incorreta e socialmente injusta, dentro da lógica capitalista de acumulação de lucro na mão de

poucas pessoas, que exclui diversos grupos sociais vulneráveis das estratégias de planejamento turístico e de proteção da natureza. Neste modelo de turismo, ressalta-se a “importância do **protagonismo social local** nos processos de planejamento e desenvolvimento turístico, em articulação à gestão de Unidades de Conservação” (ICMBIO, 2019, p. 16)

Assim, um dos principais desafios a serem enfrentados pelos países latino-americanos, nos próximos anos, é construir novos caminhos em políticas públicas, para o planejamento e desenvolvimento turístico, em articulação às Unidades de Conservação, os quais são capazes de harmonizar o compromisso de conservação da biodiversidade, com a afirmação do direito de povos e populações tradicionais e, com aquele dirigido à inclusão, em sentido amplo, no plano da redistribuição de renda e oportunidades e, também, do reconhecimento e aceitação social (ICMBIO, 2019, p. 15).



SAPÊ DO NORTE

Em Espírito Santo, no território de Sapê do Norte, compreendido entre os municípios de São Mateus e Conceição da Barra, existem mais de 30 comunidades quilombolas, com aproximadamente 1200 famílias.

Assim como na Estação Florestal do Rio Vermelho, as comunidades quilombolas de Sapê do Norte foram expulsas de seus territórios a partir da década de 1960, por um intenso processo de desenvolvimento das monoculturas de eucalipto, patrocinado pelo Estado, e as comunidades que permaneceram no território foram impedidas de manter suas práticas tradicionais e garantir a sua reprodução física e cultural.

Hoje, 60 anos depois, o processo de expropriação segue se desenvolvendo, agora por meio de empresas financiadas por políticas de desenvolvimento econômico do Estado.

Algumas das comunidades têm quase 85% do território ocupados por monocultivos de eucaliptos e vivem tensão

constante, entre a lentidão dos processos de demarcação e titulação, as contestações e pedidos de reintegração de posse pelas grandes empresas e ocupação das terras por terceiros, de fora da comunidade. Além da redução drástica de seus territórios e da completa transformação da paisagem, por meio da destruição da biodiversidade da floresta nativa, que exige uma transformação das atividades que tradicionalmente exerciam, as comunidades têm que enfrentar ainda a contaminação do solo e das águas por agrotóxicos, a seca de nascentes e consequente falta de água e insegurança alimentar, por exemplo.

Em 2006 boa parte das comunidades já havia sido reconhecida pela FCP, mas ainda assim todas seguem em um processo lento e conturbado de demarcação e titulação das terras.

SÃO ROQUE

A comunidade remanescente do Quilombo de São Roque, localiza-se ao sul de Santa Catarina, na divisa com o estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Praia Grande (SC) e Mampituba (RS). A comunidade se constitui historicamente em uma região de topografia bastante acidentada, em meio às escarpas e cânions da Serra Geral, onde antepassados do período escravagista conseguiram se refugiar e formar redes de apoio mútuo e desenvolveram um modo de organização territorial bastante particular, denominado “sistema de grotas”.

A comunidade vive um longo processo de expropriação e desterritorialização, delineado por múltiplos fatores, entre os quais o mais impactante foi a criação dos Parques Nacionais dos Aparados da Serra, criado em 1959, mas com atuação significativa a partir da década de 1980 e o Parque Nacional da Serra Geral, criado na década de 1990. O processo foi caracterizado por desapropriação, retirada dos “ocupantes irregulares”, constrangimento e penalizações das famílias que continuavam subsistindo no interior da UC.

Neste processo, desconsiderou-se a “possibilidade de

existência de uma relação de interdependência desenvolvida por um grupo historicamente invisibilizado com aquele ambiente biofísico, as famílias que viviam há mais de século na região passaram a ser tidas como “ilegais” e suas práticas de subsistência qualificadas como “crime ambiental” (SPAOLONSE, 2013, p. 41-42).

Ao longo do processo de resignificação da identidade quilombola, reconhecimento por parte do Estado e da luta pelos direitos, a comunidade e inclusive o relatório antropológico foram diversas vezes desqualificados e deslegitimados, tanto pelos órgãos públicos quanto por grupos conservacionistas.

Nessa caminhada de luta e resistência, um dos caminhos que a comunidade vem construindo nos últimos anos, em contraponto a um cenário de ecoturismo exploratório praticado na região, como forma de valorizar a cultura, a história e reforçar o pertencimento no local, é através do Turismo de Base Comunitária. Além de ser uma nova fonte de renda e trabalho de diferentes formas para toda a comunidade.

QUILOMBO VIDAL MARTINS X PARQUE ESTADUAL DO RIO VERMELHO

Todas estas transformações do espaço, “acompanhadas de um constante processo de cercamento ou impedimento de uso do perímetro do Parque, o que fez por acabar, em definitivo, qualquer forma de uso tradicional daquele espaço geográfico por parte das populações que sempre ali viveram e o usufruíram.” (RTID)

Ao longo desses 70 anos, foram gradativamente impelidos para fora do território. Antes mesmo da delimitação da área da Estação Florestal, começaram a ser feitas diversas restrições à família até o ponto em que não podiam mais plantar.

A falta de documentos oficiais do terreno, impediu a reivindicação pelas terras. A condição de pobreza e injustiça só se agravou, quem tinha letramento e condições pra recorrer a um advogado por exemplo, conseguiu indenizações do Estado, já para quem já tinha menos condições, restaram ainda menos direitos, além de ficarem sem as terras, ficaram sem as fontes de renda e sustento e ainda tiveram que comprar terras pra viver.

Foram diversas formas de injustiça e racismo que levaram a comunidade a se estabelecer no terreno onde hoje vivem.

É possível perceber [...] os vestígios do legado da discriminação e segregação social, racial e espacial refletido na comunidade quilombola Vidal Martins. A história da comunidade foi ignorada pelo poder público. A Lei de Concessão de Terras evitou que os membros pudessem permanecer no seu território, além de que este passou a ter seu acesso controlado. Isto é exemplo da inclusão limitada, da relação desigual de acesso aos direitos de cidadania e das restrições das formas de vida que comunidades quilombolas e afrodescendentes em geral enfrentaram após o período de abolição. (BRAVO, 2015, p. 92)

Foram vários os episódios que levaram a comunidade à situação em que se encontram no momento presente: disputas com órgãos estaduais, com figuras políticas e até com membros da família, concessões de terras em nome de indivíduos e não como propriedade coletiva da comunidade, compra de terrenos e sua posterior venda por necessidades financeiras, que demonstram como a propriedade da terra está sempre em disputa e evidencia a importância de se considerar o quilombo como sujeito de direitos, patrimônio cultural e a terra como propriedade coletiva. Mas a exclusão social acompanhada da perda do território tradicional

não impediu que comunidade permanecesse junta.

Parte da família conseguiu comprar um terreno e se estabelecer em um terreno ao norte dos limites do PAERVE, enquanto que outra parte da família, sem terras, foram morar na Costa da Lagoa, do outro lado da Lagoa da Conceição.

Foi a partir do conhecimento por parte do grupo a respeito do termo “quilombo” e dos direitos conquistados para comunidades remanescentes de quilombos que se iniciou um movimento com objetivo de recuperar documentos e registros da comunidade para reescrever sua história.

“A história e as raízes da comunidade sempre se mantiveram vivas, mas nunca foram expressas na sua total liberdade, depois do reconhecimento a identidade que os caracteriza como grupo foi assumida a comunidade se dotou da fortaleza e da segurança com as quais lutam hoje para recuperar seu território histórico.” (BRAVO, 2015, p. 94)

A reorganização dos fragmentos da história e a busca pelos seus direitos resultaram no reconhecimento da comunidade pela Fundação Cultural Palmares (FCP)

como comunidade tradicional remanescente de quilombo em 2013 e posteriormente, na publicação da RTID, após um longo processo de elaboração do levantamento antropológico.

Se por um lado os direitos conquistados e ainda reivindicados pela comunidade geram alegria e esperança para os integrantes do grupo, por outro geram instabilidades e conflitos. O território histórico se sobrepõe a uma grande parte da Parque Estadual do Rio Vermelho, classificado como Unidade de Conservação de uso integral, o que não permite o uso e exploração do espaço por humanos. Essa sobreposição conflitante gera também embates com a co-



munidade do bairro Rio Vermelho, em especial, que vêem na retomada do território uma ameaça, quer na de preservação ambiental, quer em interesses particulares.

Devemos lembrar que muitas décadas antes da existência do parque, a comunidade descendente do escravo Vidal Martins já vivia naquelas terras. Muito antes também que a maioria dos moradores que hoje se manifestam contrários aos direitos dos quilombolas. Além disso, o parque se instalou sobre uma região de mata nativa e a suprimiu com vegetação exótica, cuja vocação ecológica só veio a se manifestar 15 anos depois, ainda de maneira ineficiente, quando a maior preocupação do parque era com a produção florestal. Outro ponto muito relevante é que mesmo com a classificação de unidade de conservação de uso integral, atualmente há no espaço muitas atividades conflitantes com essa legislação, como: Estação de tratamento de esgoto, Associação de Cabos e Soldados da Polícia e Bombeiros Militares, bombeiros, camping, grupo de escoteiros, polícia ambiental e um terminal lacustre, além de uma grande rodovia que atravessa a área.

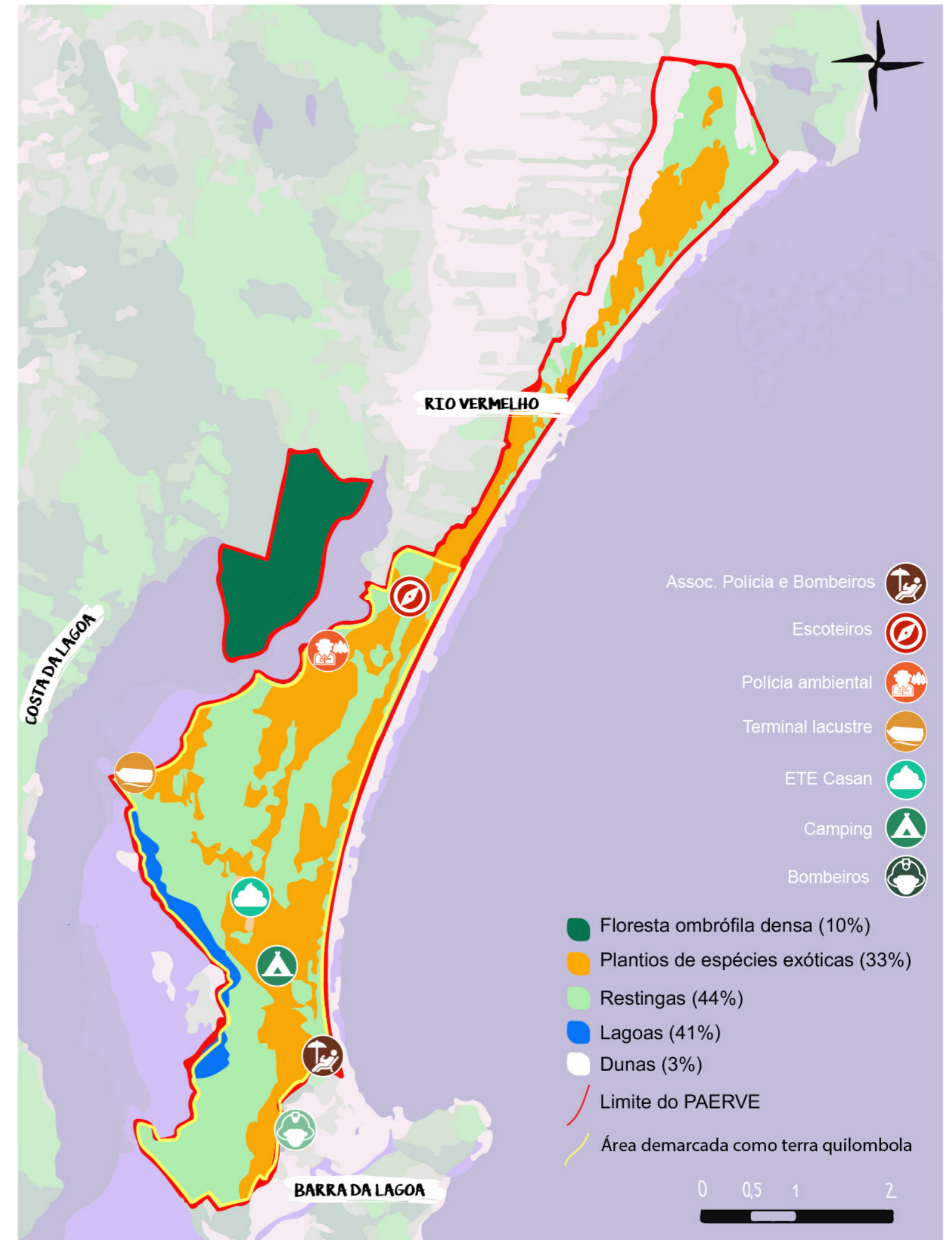
Nessa situação instável, se revelam as estruturas racistas da sociedade. Desde que o quilombo

foi reconhecido, e especialmente depois da delimitação da área, vários conflitos e tensões se evidenciaram, são várias as manifestações que tentam prejudicar a retomada do território pelos quilombolas, muitas vezes por trás de um discurso ecológico. O grupo vive uma constante situação de tensão, com o IMA principalmente, responsável pelo PAERVE, mas há tensão também com moradores dos bairros vizinhos, com políticos da localidade, com notícias falsas e até ameaças.

Beneficiados pela morosidade do processo de titulação das terras, o IMA, que já foi condenado por racismo institucional após desclassificar a associação da comunidade no edital para gestão do camping, ainda apela à reintegração de posse do camping, questiona judicialmente à área delimitada no RTID e dificulta a participação das lideranças na construção do plano de manejo.

Nesse processo de retomada, como resposta à demora do processo de regularização das terras e à condição precária em que vive a comunidade, o grupo decidiu ocupar o Camping do Rio Vermelho, no começo de 2020, reivindicando a gestão do camping e as áreas identificadas no relatório.

O plano de manejo do parque, que há 40 anos se pede para que seja feito, obrigatório desde 2007 e

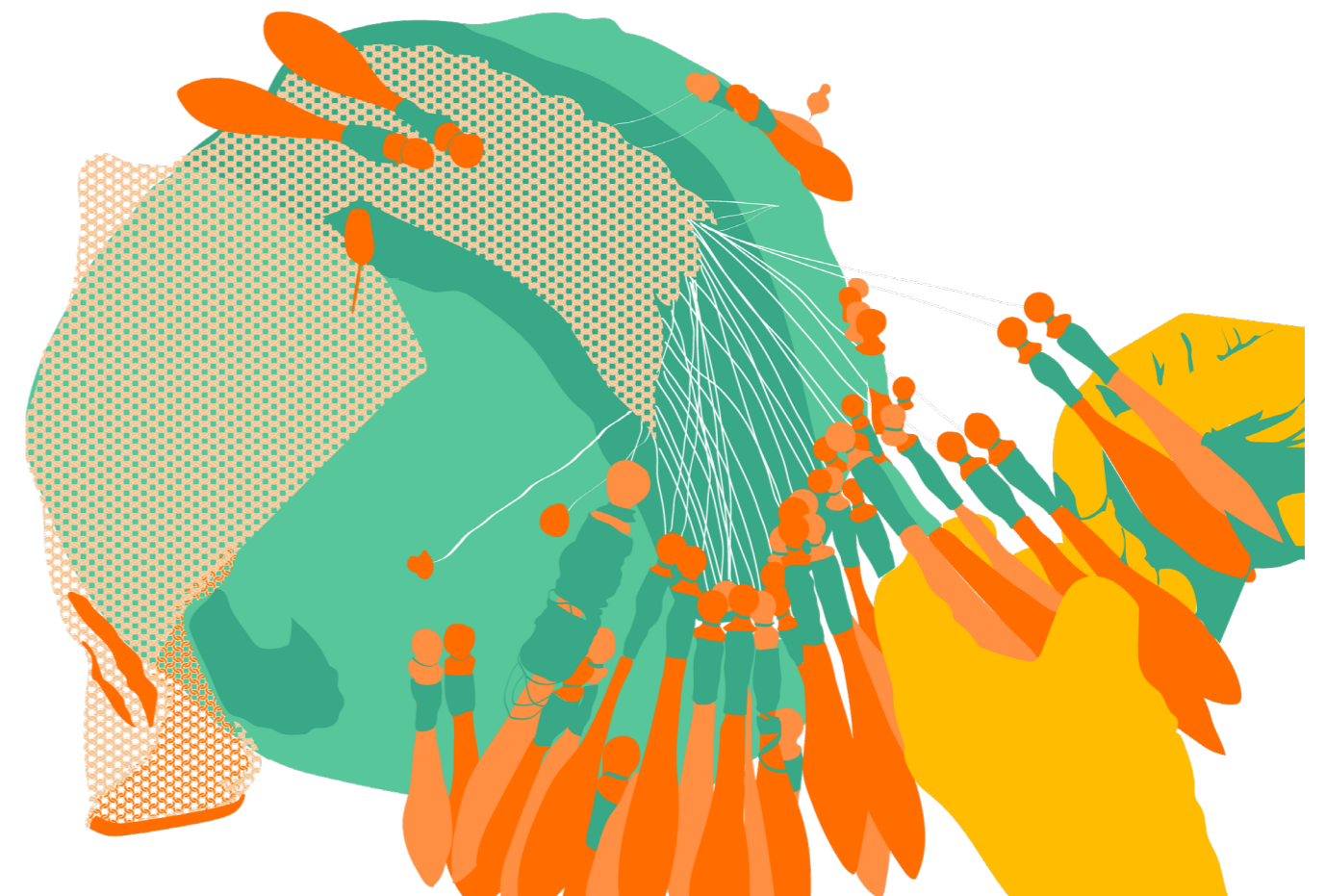


com prazo limite para sua elaboração em 2012, ganhou celeridade no processo elaboração pelo IMA ano de 2020, quando a comunidade já estava ocupando o território e com o RTID publicado. Sem uma participação efetiva da comunidade quilombola, foi apresentada uma proposta para o Plano de Manejo em dezembro de 2020, passando por cima da presença e dos direitos da comunidade Vidal Martins, a qual foi suspensa por decisão da Justiça Federal, em ação civil pública do MPF-SC.

Com a potencialização da pesca houve o abandono de áreas que eram de uso comum das comunidades da freguesia e seu entorno, utilizadas para a agricultura, essas terras ditas devolutas colaboraram para a formação da Estação Florestal do Rio Vermelho [...]. Há grande discussão teórica e histórica (acadêmica) sobre o uso dessas terras e sua configuração designada pelo estado (SILVA,1984). Tal debate faz parte da fundamentação do pleito pelo reconhecimento de terra quilombola, em análise no INCRA. (Plano de Manejo)

Na proposta do plano de manejo o Quilombo Vidal Martins é abordado de forma superficial e é possível perceber como ele é visto como uma ameaça ao parque, disputando suas terras, e não como um potencializador dos objetivos de conservação ambiental, atuando como agente na fiscalização ambiental e como protagonista nos projetos de desenvolvimento turístico local.

Não é possível se “discutir conservação da natureza sem levar em consideração a relação entre povos e comunidades tradicionais e a natureza, na medida em que essas relações sociais estabelecidas influenciam nas tomadas de decisão, usos e manejos que se fazem desses mesmos recursos quer sejam em território protegidos para o uso sustentável quer nos de proteção integral (ICMBIO, sem data).



O TRABALHO

Este trabalho se constrói com a intenção de fortalecer a luta da comunidade quilombola e reforçar a importância e o valor da sua iniciativa, de encarar as estruturas racistas presentes na sociedade e nas instituições públicas e privadas ao afirmar a presença histórica do descendente de africano na Ilha de Santa Catarina. O trabalho tem como intenção também dar visibilidade à situação em andamento dentro do ambiente acadêmico e mais especialmente, da Arquitetura e Urbanismo, onde muito se discute sobre os espaços e a formação das cidades e se tenta entender as dinâmicas socioespaciais, mas tão pouco se fala sobre o racismo e to-

dos os processos de expropriação e negação da cidade para alguns grupos específicos, ou ainda, como o acesso a direitos básicos, como a própria cidade e à terra, é restrito a alguns grupos.

Enfatiza-se que este trabalho foi desenvolvido durante a situação de pandemia e distanciamento social provocado pelo coronavírus (2020/2021), o que limitou muito o diálogo com a comunidade. Pela leitura do trabalho, é possível perceber a situação delicada e apreensiva em que a comunidade se encontra. O trabalho iniciou-se pouco tempo depois da ocupação do Camping do Rio Vermelho pela comunidade, da tentativa de aprovação do plano de manejo sem

a participação da comunidade quilombola, ao mesmo tempo em que tramitavam disputas judiciais envolvendo o Instituto do Meio Ambiente, INCRA, Ministério Público, Tribunal Regional Federal, além da associação quilombola.

Tentou-se estabelecer um diálogo com as lideranças comunitárias no início do projeto, o qual foi impossibilitado, mesmo virtualmente, por questões de saúde provocadas pelo vírus, além de diversas situações de tensão e instabilidade provocadas pela demora nos processos administrativos referentes ao reconhecimento das terras, notícias falsas e articulação de moradores e políticos com preocupações ditas ambientais que resultaram inclusive em ameaças na tentativa de expulsar a comunidade da área do camping.

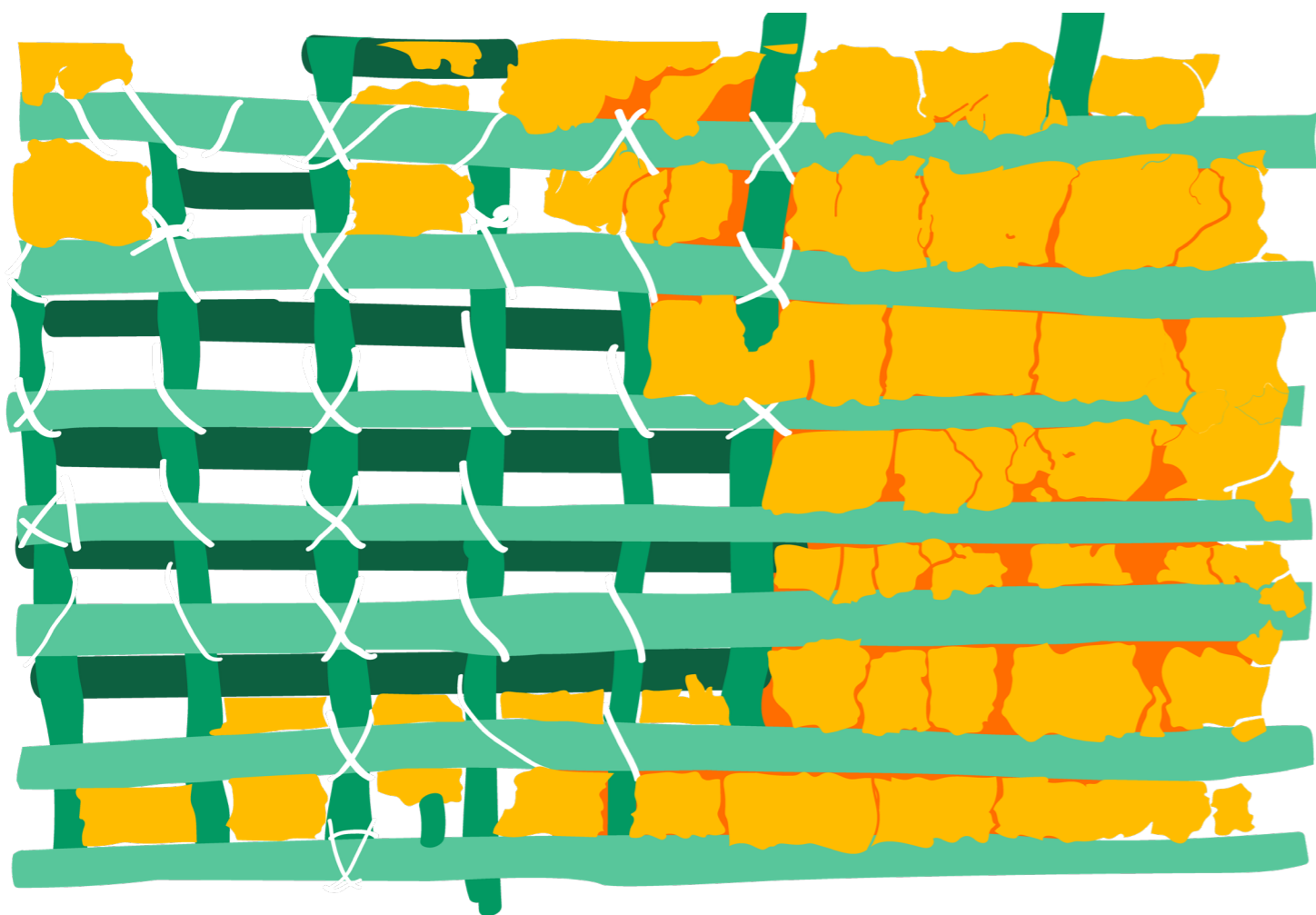
Isso, somado ao desgaste gerado pelo assédio por parte da mídia, de organizações não governamentais, instituições do governo e acadêmicos, fez-nos optar por desenvolver uma proposta sem exigir a participação dos comunitários.

Este trabalho não se coloca como uma resposta ou um projeto concluído para ser entregue e executado pela comunidade, ele se construiu com a intenção de ser um ponto de partida para um projeto de extensão do departamento

de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, se a comunidade se demonstrar receptiva e interessada na iniciativa, que deve ser desenvolvida por uma equipe interdisciplinar, com diálogo com as lideranças e com a comunidade como um todo.

Assim, a proposta se assume como um ensaio projetual, com o objetivo de estabelecer uma proposta inicial para criar uma interlocução com a comunidade, que possa de alguma forma auxiliar no desenvolvimento do espaço, apontando sugestões e inspirações. Tomando como base as informações relatadas e organizadas no Relatório Antropológico elaborado pela equipe da UFSC com a participação da comunidade, pensou-se nesta proposta como uma ferramenta para desenvolver um projeto participativo, prevendo algumas possibilidades, flexíveis nas mais diferentes escalas, desde um zoneamento para a área, chegando até a algumas soluções projetuais para as unidades habitacionais, sobre o que se poderia elaborar novas propostas, através de conversas e dinâmicas com o grupo.

Hoje parte da comunidade se encontra alojada no espaço da administração do camping em estruturas que não são apropriadas para habitação de várias famílias. O projeto arquitetônico de qualidade é urgente para atender as necessidades dessas



DIRETRIZES

famílias, e deve ser feito pensando em toda a trajetória histórica e tradição delas, no papel que o território tem nessa história, mas estar atento também, principalmente, nas necessidades atuais da comunidade, os novos interesses e novas possibilidades, considerando a heterogeneidade da comunidade, além de levar em consideração o território como é hoje, uma unidade de conservação.

Muitas das decisões, além de serem tomadas pela comunidade quilombola Vidal Martins, deveriam ser articuladas também em conjunto com os outros diversos atores presentes no espaço.

Prevê-se a manutenção das atividades de proteção ambiental do parque, sob responsabilidade dos órgãos ambientais competentes, de forma que não limite a autonomia de organização e gestão das atividades da comunidade quilombola, bem como a inclusão e participação da associação comunitária nas decisões e na elaboração do plano de manejo do parque. Quanto às atividades antrópicas existentes no parque, conflitantes com a proposta de conservação da UC, para a elaboração desta proposta, buscou-se conciliá-las com os novos espaços e atividades previstas.



Foram pensadas algumas diretrizes que guiaram o desenvolvimento da proposta, como:

1 - Permitir uma relação mútua entre a Comunidade Remanescente do Quilombo Vidal Martins e seu território com o Parque Estadual do Rio Vermelho, bem como todos os ecossistemas compreendidos no entorno, respeitando e valorizando as atividades tradicionais da comunidade, bem como os objetivos de preservação da UC, garantindo-se a autonomia da comunidade sobre a gestão das atividades e organização espacial.

2 - Fortalecer a relação da comunidade quilombola e seu território com os bairros vizinhos e a cidade como um todo, que permita um diálogo e trocas benéficas para ambas as partes, que incentivem atividades no território e fora dele, como convite à população para conhecer o quilombo e para que a comunidade tradicional possa estar cada vez mais inserida e incluída na sociedade externa a ela.



3 - Novos espaços e equipamentos criados onde haja atividade existente e em áreas tomadas por vegetação exótica.

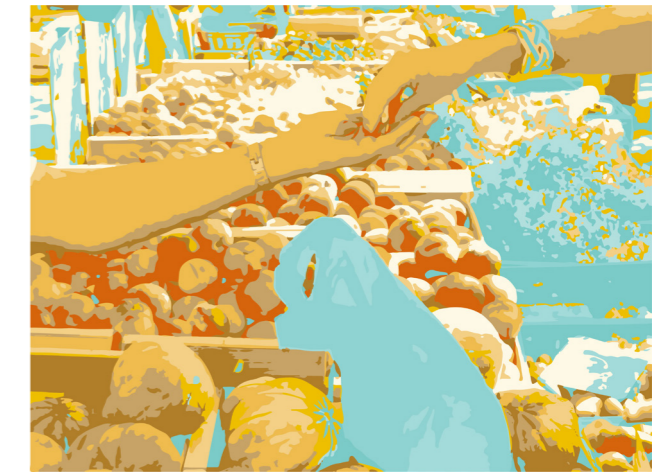
4 - Espaços de produção agroecológica e recuperação de áreas degradadas com Sistemas Agroflorestais, como áreas para conservação de atividades tradicionais de produção de alimentos e contato com a terra, garantia de segurança e soberania alimentar, modelo educativo de formas mais ecológicas de produção e geração de renda.



Foto: Quilombo Vidal Martins.

5 - O fomento da comercialização de produtos artesanais e agroecológicos. De forma que possa fornecer renda para a comunidade e incentivar alimentação saudável e sustentável para o entorno, fortalecer e divulgar atividades culturais tradicionais, como a produção de artesanatos e a pesca, bem

como criar uma relação de troca com as comunidades vizinhas;

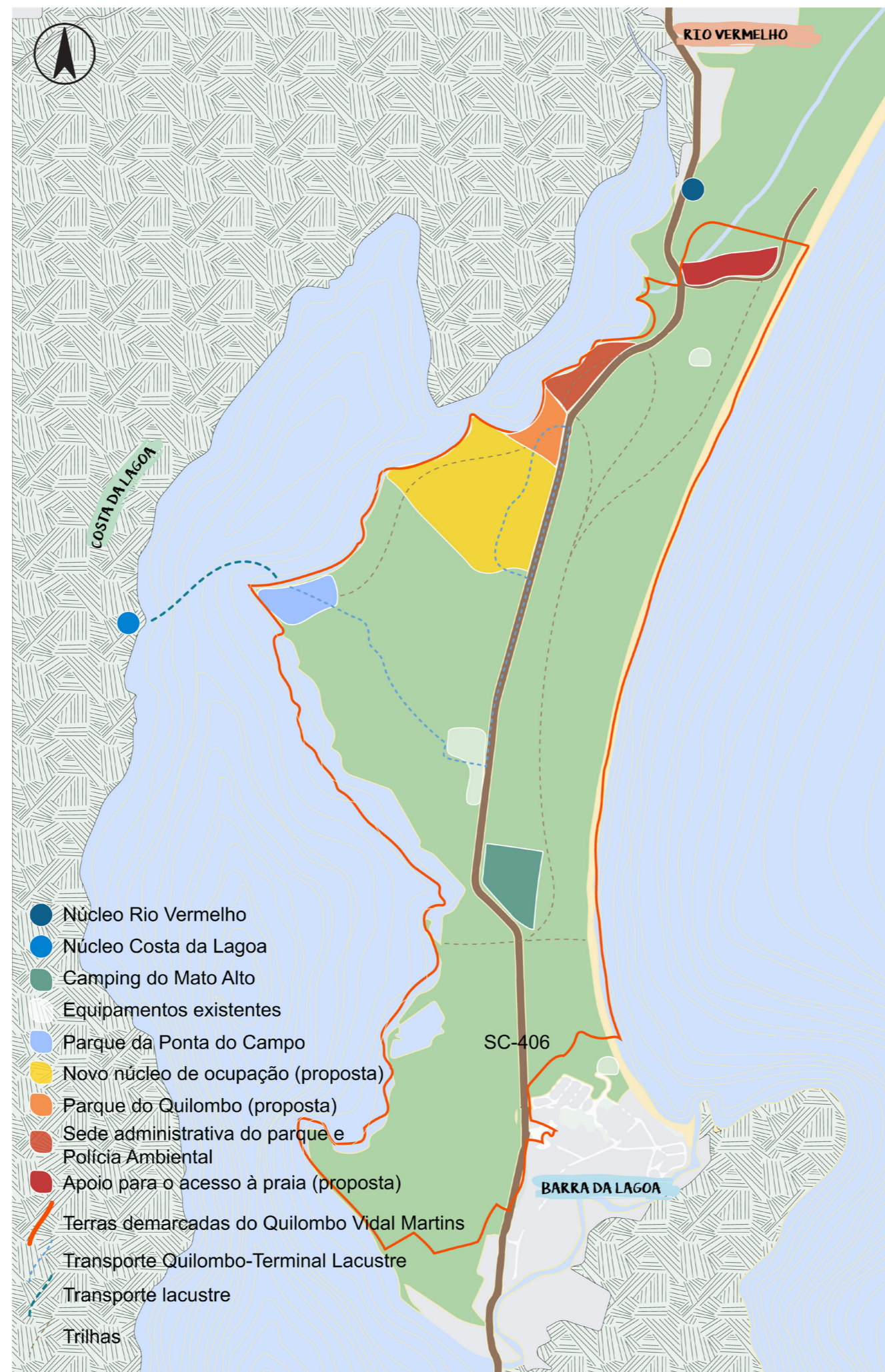


6 - Promover atividades turísticas no espaço como fonte de renda à comunidade, dentro dos conceitos de Turismo de Base Comunitária em que a comunidade tem autonomia nas decisões e as atividades são geridas pela própria comunidade, com as atividades de lazer baseado no uso sustentável do patrimônio natural e cultural. O município já é conhecido pelo seu potencial turístico e o espaço já possui estrutura e público para camping, além de estar situado em uma UC próxima da lagoa e da praia, dois ecossistemas com visuais exuberantes distintos.

7 - Promover, junto ao parque, projetos de educação ambiental, que promovam conhecimentos referentes à preservação ambiental, práticas mais sustentáveis, construções e sis-

temas doméstico mais ecológicos, de forma a criar uma relação entre a comunidade quilombola, comunidades vizinhas, estudantes, PAERVE e outras instituições, bem como promover oficinas e mutirões benéficos à construção e manutenção do quilombo.

8 - Incentivar a geração de trabalho e renda para a comunidade através dos serviços e produtos oferecidos e produzidos no território.



Zoneamento geral da proposta.

ESTRATÉGIAS

Para alcançar tais objetivos, foram pensados os seguintes espaços, além das áreas de preservação e recuperação da fauna e flora nativas, que ocupam a vasta maior parte do território e dos equipamentos já instalados no PAERVE, que a princípio foram mantidas:

PARQUE DA PONTA DO CAMPO



Croqui da proposta do Parque da Ponta do Campo.

Tendo em vista que hoje quase não há espaços públicos estruturados para banho e contemplação da Lagoa da Conceição, menos ainda na sua margem leste, propõe-se um espaço de estar e lazer na Ponta do Campo, como é identificado este ponto de referência pelas comunidades locais (do quilombo Vidal Martins e da Costa da Lagoa), onde já existe acesso estruturado e atividade humana intensa, além de ser rodeado por vegetação exótica.

O local já é utilizado para recreação pelas comunidades do entorno por possuir característica de “praia”, além de a lagoa ser menos profunda e menos movimentada nessa região, e também há, neste ponto, o terminal de transporte lacustre, que conecta os dois principais núcleos da comunidade.

Prevê-se equipamentos de pequeno porte que tornem o espaço adequado à visitação, como lanchonete, banheiros, caminhos, mesas e bancos próximos à lagoa e em meio a vegetação.

A valorização do espaço poderia favorecer também o turismo na Costa da Lagoa e estimular o uso do transporte lacustre.

Poderia ser mantida uma pequena área de pinus, se possível, sem que afete as áreas de recuperação, para recreação e encontros, já que existe um sentimento



Croquis da proposta do Parque da Ponta do Campo.

de identificação das pessoas que circulam e vivem perto do parque com essa mata de pinus característica. Também serviria, no futuro, como uma forma de preservação dessa parte da história do parque, em que 700 hectares eram conformados por esse tipo de vegetação.

READEQUAÇÃO DA VIA

A rodovia SC-406 hoje já é suficiente pra dar conta do fluxo de carros, mas ela não tem um espaço adequado pra pedestres nem pra ciclistas, embora seja uma estrada propícia para o deslocamento de bicicleta e os moradores do Rio Vermelho já fazem bastante uso deste meio de transporte. Por isso propõe-se uma readequação da via, com alargamento para pedestres e ciclistas e separação da faixa de rolamento com canteiro de vegetação. A rodovia carece também de mais pontos de ônibus com recuos, e faixas de pedestre, as quais poderiam ser elevadas pra proteção das pessoas e dos animais. Outra possibilidade interessante também, considerando que a rodovia corta longitudinalmente uma Unidade de Conservação, seria a instalação de pontos de travessia de animais por cima ou por baixo da via.



Proposta de perfil da via Rod. João Gualberto Soares (SC-406).

CAMPING DO MATO ALTO

Valorização e manutenção dos espaços e das estruturas existentes no Camping do PAERVE, com a gestão sob responsabilidade da associação da comunidade quilombola, buscando dar continuidade ao projeto de educação ambiental construído ao longo do tempo, especialmente durante a gestão da CEPAGRO (2013-2016). Promoção



Estufa e viveiro de mudas existentes no Camping do Mato Alto. Foto: IMA/SC.

de mais atividades turísticas e que promovam renda para a comunidade e valorização da UC, sob os preceitos do Turismo de Base Comunitária, aproveitando a característica natural do espaço, onde a faixa de terra é mais estreita e a distância entre a Lagoa e o Mar são mais curtas.



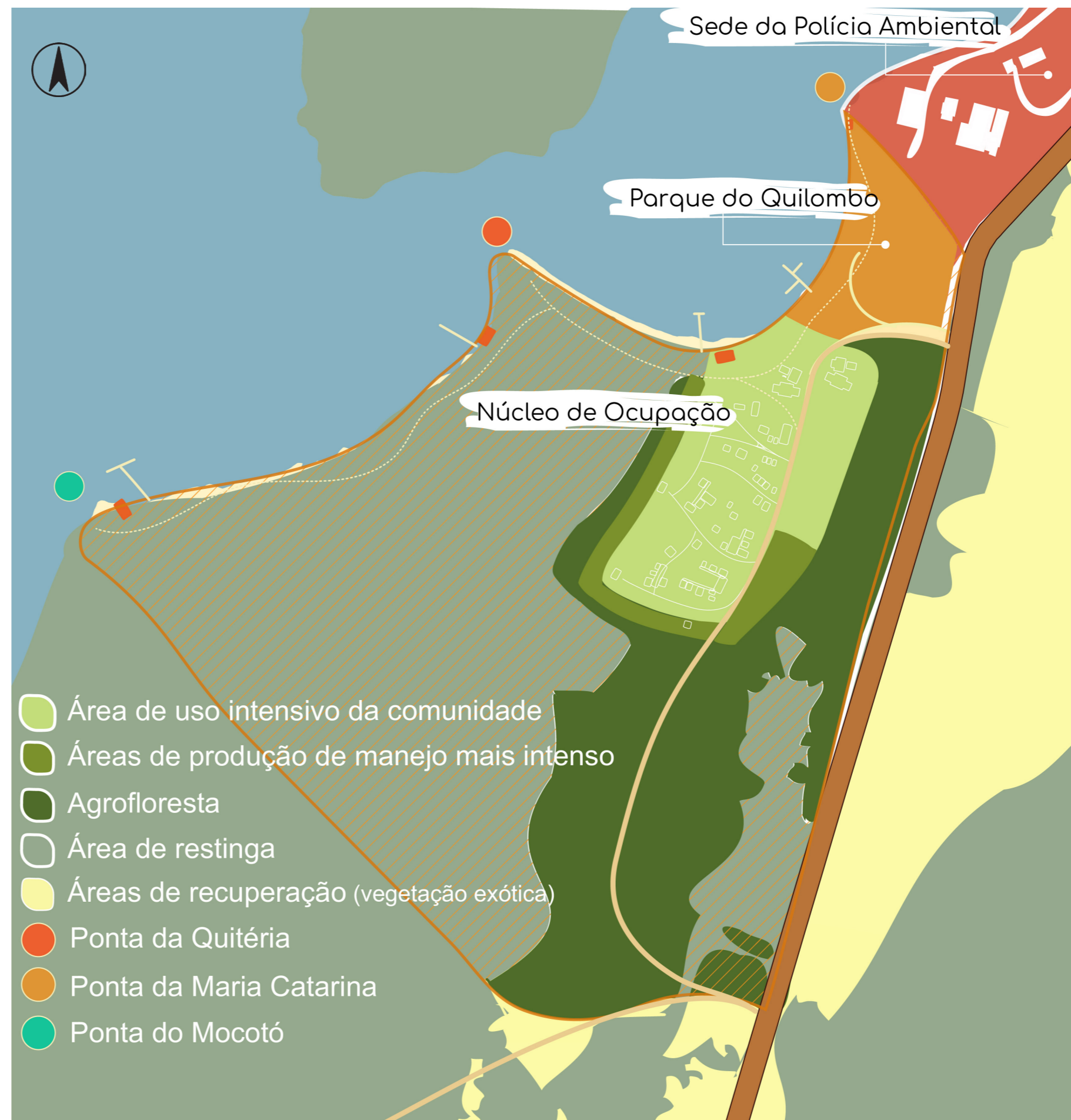
Áreas existentes para barracas e motor home no Camping do Mato Alto. Foto: Fernando Angeoletto.

ACESSO À PRAIA

Onde hoje há o principal acesso à praia do Moçambique, pensou-se um espaço estruturado para a chegada e saída dos banhistas, surfistas, turistas e guarda-vidas, com **estacionamento** controlado nos horários de mais movimento, **banheiros, chuveiros e um bar/lanchonete**, que possa também servir de fonte de renda à comunidade quilombola.

PARQUE DO QUILOMBO

Foi pensado um espaço aberto à visitação, para aproximar comunidades vizinhas e turistas ao quilombo, sem que seja necessário adentrar na área privada da comunidade e que funcione também como centro de visitantes do PAERVE, próximo da Sede Administrativa e da Polícia Ambiental, que já conta com atividades de visitação. Para isso, este espaço foi pensado próximo à área mais reservada da comunidade, de forma que equipamentos de maior porte para uso da comunidade quilombola possam ser compartilhados com as comunidades vizinhas e turistas, como **quadras esportivas, anfiteatro e espaço para eventos**, espaços que possam agregar maiores públicos



Zoneamento proposto.

NÚCLEO DE OCUPAÇÃO DA COMUNIDADE DO QUILOMBO VIDAL MARTINS

e servir de atração turística, através de feiras, eventos culturais e demonstração de atividades tradicionais, como por exemplo engenho de farinha de mandioca, espaço para confecção de artesanatos, ranchos de pesca e trapiches.

Pensou-se em um mesmo acesso rodoviário a partir da Rodovia SC-406 que se encaminha para entradas separadas ao Parque do Quilombo e para a área residencial da comunidade, onde seria importante um ponto de ônibus e um estacionamento. Desta forma, se busca dar visibilidade à entrada da área privada do quilombo pelos visitantes e fácil acesso dos moradores ao Parque, mas mantendo ainda a segurança e privacidade do grupo.

No Parque do Quilombo ainda foram previstos outros equipamentos e atividades, como:

- Espaço de estar e lazer, com bancos e mesas, gramados,

banheiros, áreas de piquenique, de caminhadas e de prática de atividades físicas e contemplação da natureza.

- Espaço de memória e conscientização sobre a diáspora africana, a história e cultura afrobrasileira, especialmente em Santa Catarina e em Florianópolis.

- Espaços para comercialização de produtos artesanais da comunidade, como plantios agroecológicos, sementes crioulas orgânicas, produtos beneficiados e processados pela comunidade, como farinhas, de milho, arroz mandioca, pães, queijos e geleias, pescados, artesanatos e quaisquer outros produtos artesanais.

- Espaço de alimentação, restaurante, lanchonete ou café, que possa atender aos visitantes do parque bem como servir de trabalho e fonte de renda a moradores do quilombo.

- Área de uso intensivo da comunidade
- Áreas de produção de manejo mais frequente
- Sistemas agroflorestais
- Área de preservação

- 1 Espaço de feiras
- 2 Espaço de memória, restaurante e loja de manufaturas
- 3 Ponto de ônibus e estacionamento
- 4 Via principal
- 5 Trapiches e ranchos
- 6 Equipamentos coletivos
Reuniões e refeitório, espaço religioso, escola
- 7 Campinho
- 8 Mercaria e bar
- 8 Edificações de uso coletivo
- 9 Unidades habitacionais
- 10 Galpões de equipamentos e viveiros de mudas
- 11 Vias vicinais



Proposta para o Núcleo de Ocupação da Comunidade Remanescente do Quilombo Vidal Martins.

“o pai fazia tarrafa, balaio, fazia bilro, fazia esteira,
forneava, cantava Terno de Reis...”
(Jucélia Beatriz Vidal)

(MAMIGONIAN; SILVA; LEITE; SPAOLONSE; CAMPOS, 2019, p. 197)

NÚCLEO DE OCUPAÇÃO DA COMUNIDADE

Pensou-se também uma área destinada ao uso mais intensivo pela comunidade, onde se concentrariam as moradias, áreas de produção e equipamentos coletivos, formando um núcleo de ocupação relativamente concentrado, com edificações próximas, para minimizar o impacto ambiental, reduzir a infraestrutura e distâncias, permitir o compartilhamento de equipamentos, fortalecer a coletividade e também para tornar o ambiente mais seguro.

O local foi pensado mais próximo do bairro Rio Vermelho (onde a maior parte da comunidade reside hoje e onde historicamente a maioria das casas da família foram construídas) e também mais próxima da lagoa (tanto o núcleo da Costa da Lagoa quanto o do Rio Vermelho demonstram uma relação cotidiana mais forte com a Lagoa que com o Mar), diminuindo também a necessidade de travessias pela rodovia.

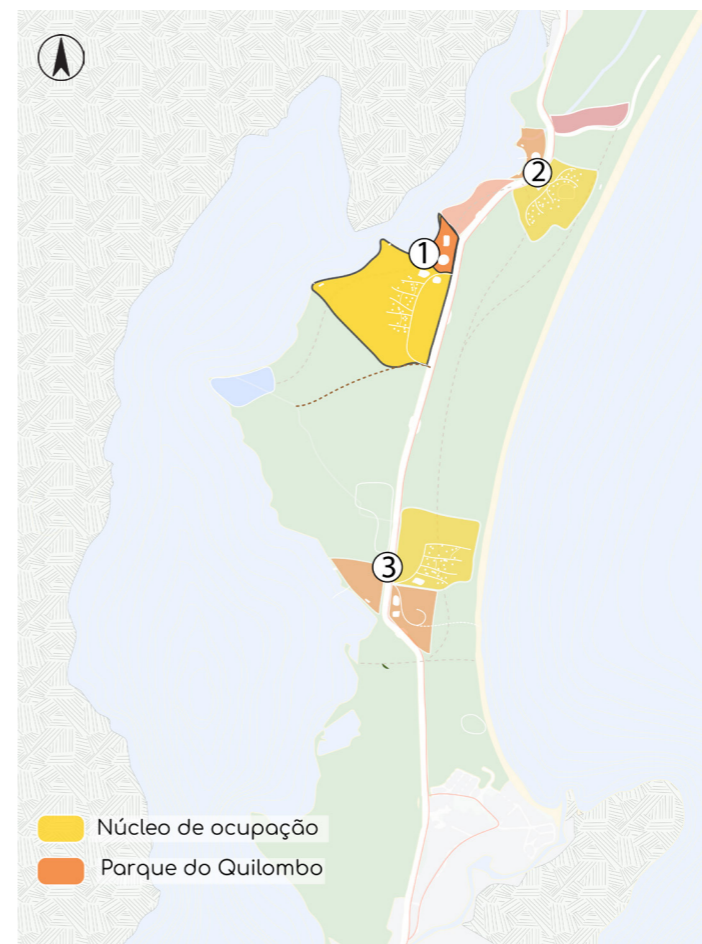
Assim, a proposta mais detalhada considera o Núcleo de Ocupação na faixa de terra compreendida entre a Rodovia e a Lagoa, abaixo da Sede da Polícia Ambiental, englobando as Pontas do Mocotó e da Quitéria e o Saco da Lama, e o Parque do Quilombo mais acima, formado também pelo Saco da Lama até a Ponta da Maria Catarina (presentes no mapa colaborativo adaptado, na página 12).

“a Ponta do Mocotó dava muito siri, lá nós pescava também”
(Arnaldo Conceição)

“E, lá pra baixo, até na Ponta da Quitéria... a gente ocupava ali, e abaixo um pouco”
(Olindina Maria da Costa)

“Ali se pescava também e mais abaixo nós plantava”
(Rosete Olindina da Costa)

(MAMIGONIAN; SILVA; LEITE; SPAOLONSE; CAMPOS, 2019, p. 88 e p. 97)



Outros cenários também foram pensados, utilizando, por exemplo, o espaço do Camping dos Escoteiros (02 no mapa), onde há uma grande área ocupada e rodeada de vegetação exótica, com infraestrutura e situada um pouco mais próximo do Rio Vermelho, mas do outro lado da rodovia. Outra possibilidade, levando em conta a área ocupada hoje pela comunidade,

seria desenvolver o núcleo de ocupação próximo à área do Camping do Rio Vermelho (03 no mapa). Tomou-se a primeira opção (01 no mapa) como exemplo para ser detalhado, para evitar conflitos com outros atores presentes no território.

A organização do espaço foi pensada de maneira linear, de forma que as vias possam ser expandidas e até novas vias possam ser abertas, conforme a necessidade. O espaço foi pensado de forma a criar uma organização por núcleos familiares e prevendo áreas de produção agroecológicas, dispostas ao fim das vias, onde se prevê também equipamentos de apoio à agricultura, como depósitos de ferramentas, viveiros de mudas e estufas.

Assim, foram pensados alguns critérios para organização do espaço:

- Distanciamento da SC-406 através de uma massa vegetativa densa, que proporcione privacidade,

Fotos do autor.



Vista da Ponta da Quitéria para o braço da lagoa.



Ponta da Quitéria.



Ponta da Quitéria.



Ponta da Quitéria.



Vista do Saco da Lama a partir da Ponta da Quitéria.

segurança e reduza os ruídos provocados pelo trânsito rápido e intenso de veículos.

- Vias de trânsito lento e pouco intenso, compartilhadas e que priorizem o bem estar do pedestre, conformadas por uma via principal, arborizada e com áreas de estar e descanso, que ramifica para as ruas familiares, no sentido mais distante da SC-406, de forma que as casas se concentrem mais afastadas da rodovia.

- Ruas vicinais dispostas no sentido leste-oeste para que as casas alinhadas com as ruas tenham maior frente para as orientações Norte e Nordeste.

- Neste cenário de implantação (01), foi pensada também uma nova via pública, de menor porte, conectando a Ponta do Campo à extremidade sul do núcleo de ocupação, a fim de reduzir a distância entre os dois pontos e também aproximar o Parque do Quilombo ao Parque da Ponta do Campo.

- Trapiches e ranchos de pesca próximos à lagoa, para armazenar equipamentos de pesca, canoa e também como equipamento de apoio às famílias mais próximo da lagoa.



Fotos do autor.

- Áreas de produção, preferencialmente agroflorestas biodiversas e quintais agroflorestais*, circundando toda a área da comunidade, dispostas no projeto como uma transição entre a vegetação preservada e a área de uso mais intensivo pela comunidade.

2 A 3 ANOS

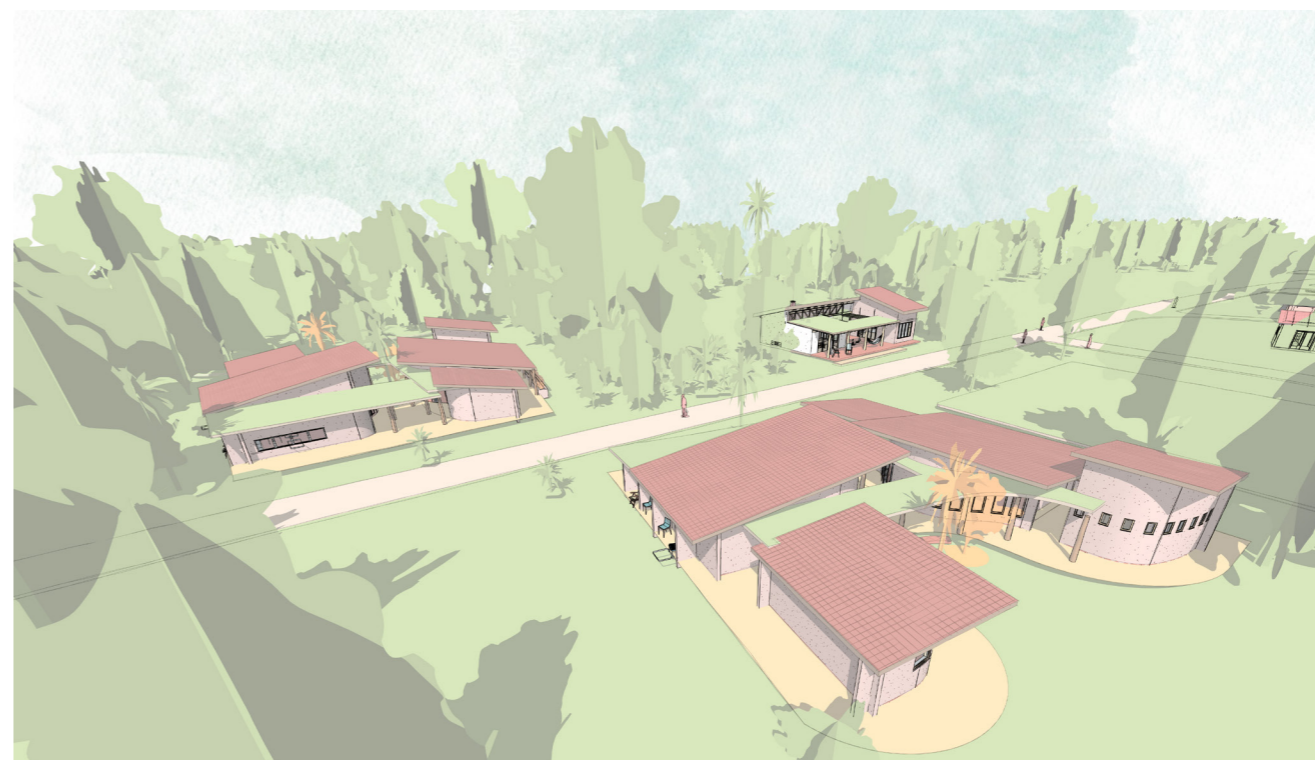


Exemplo de sistema agroflorestal com 2 a 3 anos de implantação.

7 A 10 ANOS



Exemplo de sistema agroflorestal com 7 a 10 anos de implantação.



Edificações coletivas na entrada do núcleo de ocupação

- Equipamentos coletivos maiores concentrados mais próximos à entrada, para que estejam no caminho diário de todos os moradores que entram e saem do território. Também para que possam permitir a realização de atividades com visitantes sem que estes tenham que adentrar na área de habitações, mais íntima, da comunidade. Para este espaço, pensou-

se: uma creche e escola para crianças pequenas, com atividades no contraturno para os jovens, com sala de aula e sala de oficinas; pátios, um aberto e um coberto; espaço para contação de histórias; biblioteca, sala de estudos e informática; cozinha e refeitório; salão de reuniões e assembleias; e um espaço religioso.

- Próximo dos equipamentos coletivos, foi colocado também um campinho de futebol e/ou outras modalidades esportivas e uma mercearia e bar, administrada pela própria comunidade.

- Trilhas em meio a vegetação conectando pontos de interesse no território;

● Construções o mais ecológicas e sustentáveis possível, que priorizem materiais locais e valorizem técnicas tradicionais de construção, com menor grau de processamento, reaproveitáveis ou recicláveis, técnicas de baixo custo, de fácil execução e manutenção, estratégias bioclimáticas para conforto ambiental e saúde dos habitantes e menor gasto energético com iluminação, ventilação e climatização. Há muitos materiais naturais abundantes no território, como, o bambu, terra argilosa, juncos e pedras, além de uma grande quantidade de madeira de pinus e eucaliptos, que são adequados para construção e permitem maior autonomia nas construções;



Fotos do autor.

● Emprego de sistemas ecológicos de captação de água e manejo de resíduos. Levando em conta que a comunidade está inserida em uma Unidade de Conservação, propõe-se o emprego de sistemas que gerem o menor impacto possível no seu entorno e o manejo dos próprios resíduos é parte importante desse processo, além de servir como modelo para a difusão de práticas mais ecológicas. Como:

- Sistemas de captação de água da chuva, tanto nas unidades quanto nos espaços coletivos, que podem ser instalados de diferentes formas, dependendo da altura do telhado e da disponibilidade de motobombas ou carneiros hidráulicos, para uso em jardins, vasos sanitários e máquina de lavar. Idealmente, pode-se utilizar também sistemas de aproveitamento das águas

- Separação das águas cinzas para tratamento individual em círculos de bananeiras e jardins filtrantes.

- Tratamento das águas dos vasos sanitários de forma individual ou semi coletivo, por meio de Tanques de Evapotranspiração, que podem ser elementos paisagísticos e produtivos. Estocagem de urina e banheiros secos dispensam a necessidade de tratamento das águas escuras, podendo ser compostáveis ou não. Alternativamente, o tratamento das águas escuras poderia ser feito de forma coletiva em uma grande zona de raízes (adaptação do sistema wetland francês), para o qual não se necessita tratamento primário prévio e possui baixa dificuldade de operação.

- Compostagem em leiras coletivas, para minimizar a necessidade de descarte de resíduos sólidos e produção de fertilizante para o solo.

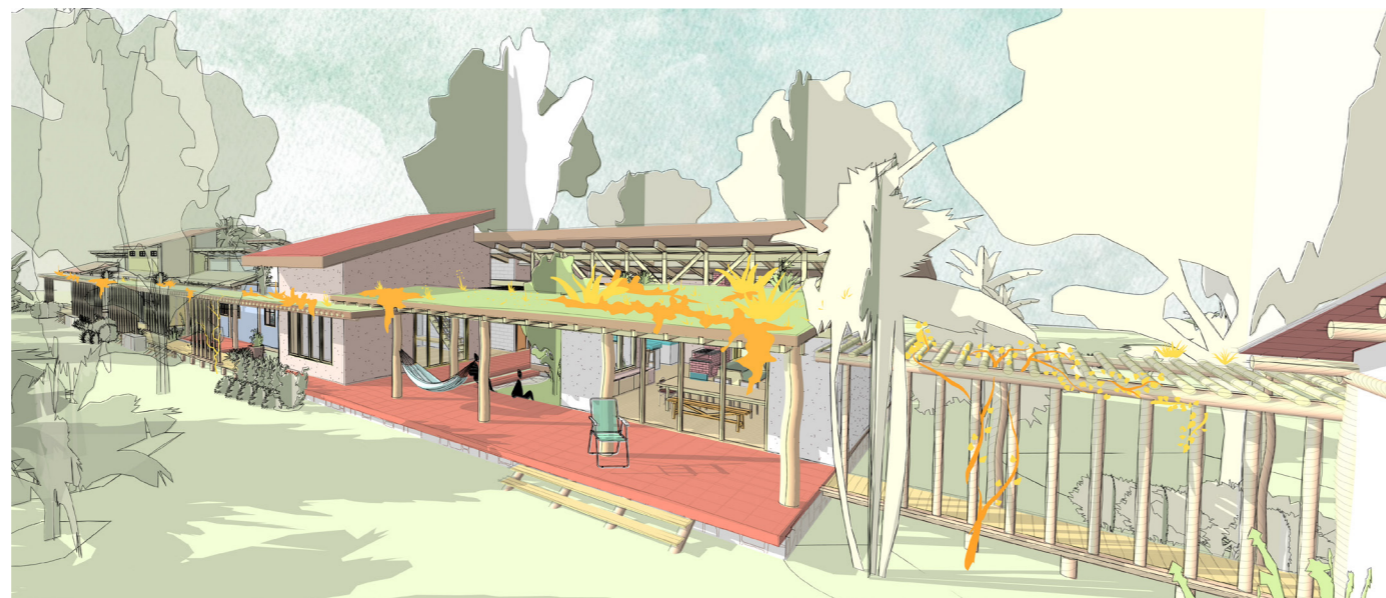


Foto do autor.

NÚCLEOS FAMILIARES

Levando em conta a divisão dos terrenos e unidades habitacionais existentes hoje no núcleo do Rio Vermelho, o núcleo de ocupação foi pensado segundo uma organização por núcleos familiares, com o objetivo de permitir um convívio mais íntimo e fortalecer os laços de coletividade, mas respeitando as diferenças e a heterogeneidade do grupo - a proposta é uma ilustração de uma possibilidade, mas a divisão dos núcleos e unidades familiares só poderia ser pensada apropriadamente através do diálogo com a comunidade.

Dessa forma, cada núcleo faz parte do coletivo maior, mas tem sua própria independência. A ideia é que haja diferentes graus de coletividade e privacidade: desde a comunidade como um todo, com uma divisão sutil dos espaços por núcleos familiares e estes, por sua vez, compostos por unidades habitacionais independentes, cada uma com seus quintais, espaços para hortas domésticas e tratamento das águas cinzas.



Varanda do espaço integrador.

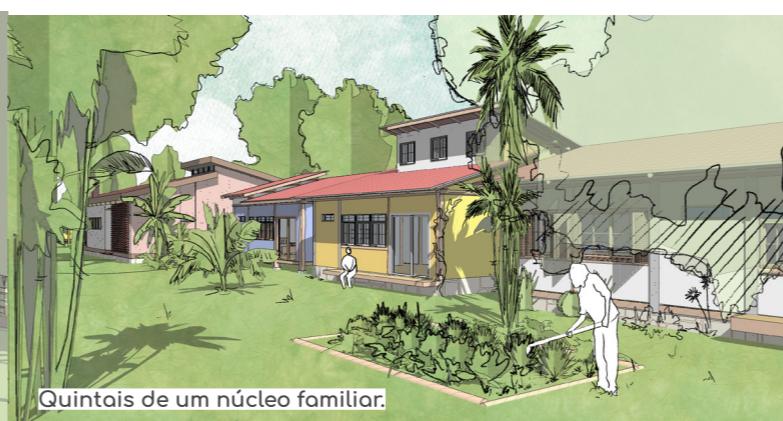
- Prevê-se uma **edificação coletiva integradora** em cada núcleo habitacional, como forma de fortalecer a coletividade da comunidade (será melhor explicado mais adiante).

- As coberturas dos espaços abertos, como caminhos, varandas, garagens e depósitos, além dos ranchos de pesca e guaritas, foram projetadas com **telhados jardins**, com assoalho feito em bambus, e com a camada de terra fina e leve, apenas para dar suporte a plantas forrageiras e epífitas espontâneas.

- Os núcleos foram pensados de forma que sejam e **expansíveis**, para a incorporação de novas unidades, e **flexíveis**, permitindo diferentes configurações: com as unidades habitacionais bem próximas, conectadas por caminhos elevados, com pérgolas ou coberturas, de forma que criem uma unidade entre as edificações; de forma linear ou formando pátios internos; com unidades mais espaçadas; com ou sem o espaço coletivo; com ou sem coberturas sobre os caminhos; ou até sem conexão alguma, configurado por unidades habitacionais isoladas; e todas as combinações destas possibilidades citadas.



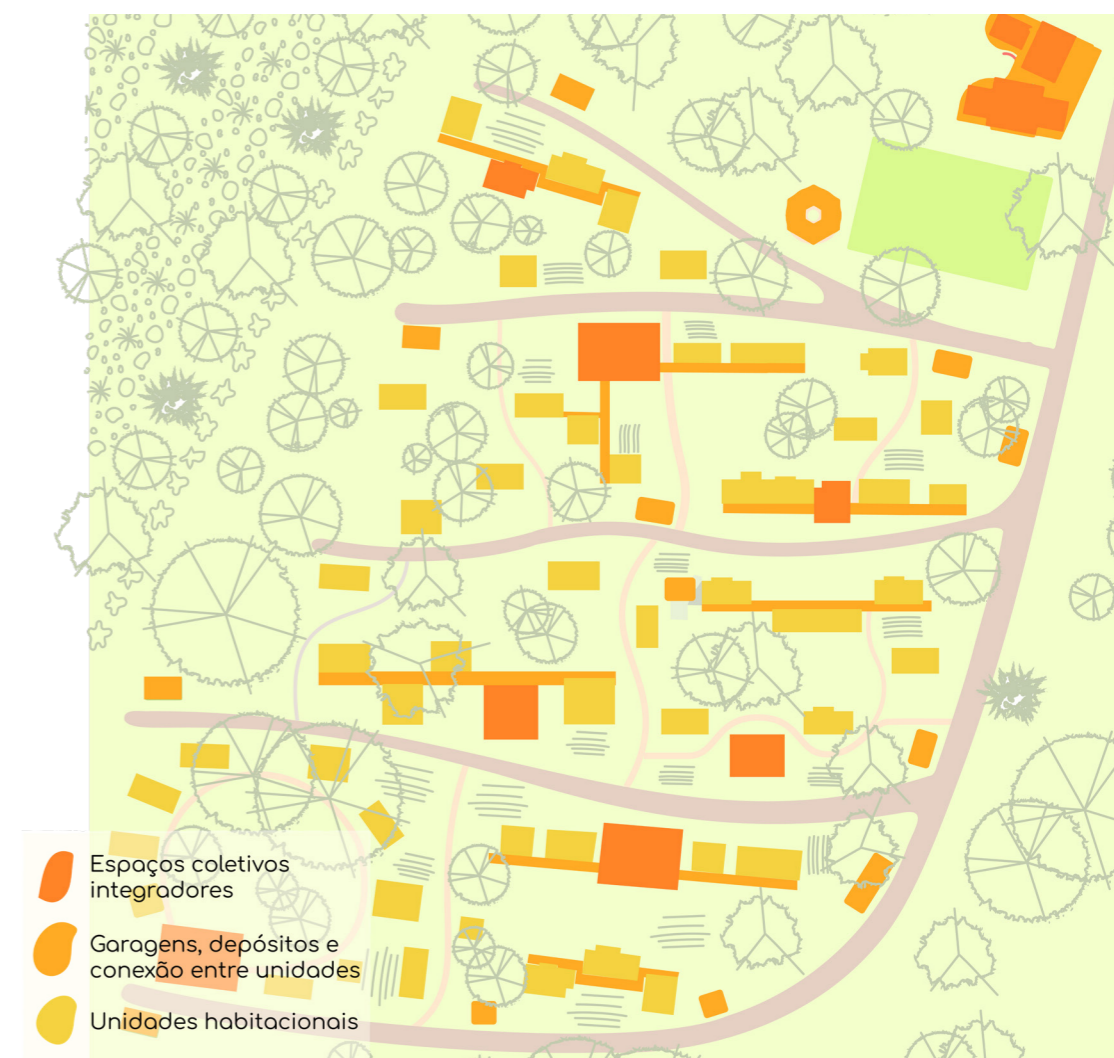
Pátio de um núcleo familiar.



Quintais de um núcleo familiar.



Possibilidades de configurações de núcleos familiares com 25 unidades familiares.

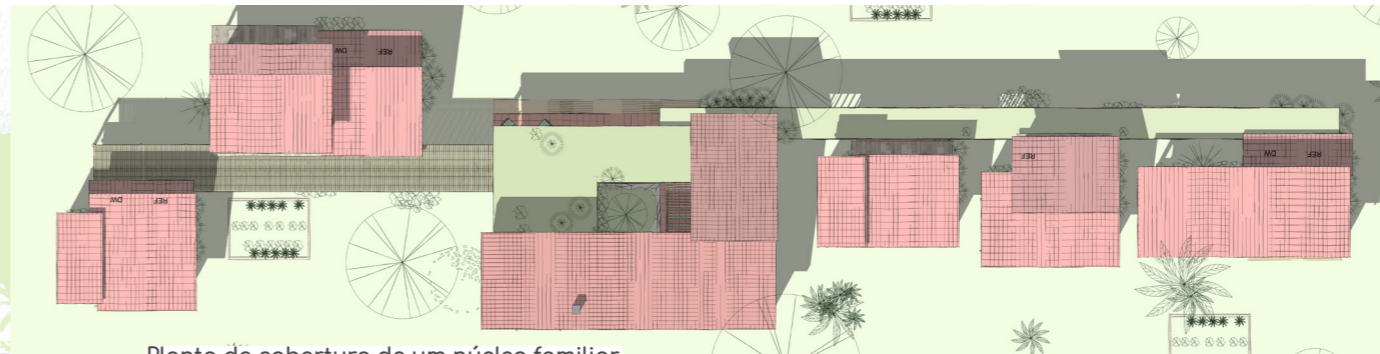


Possibilidades de configurações de núcleos familiares com 50 unidades familiares.

NÚCLEOS FAMILIARES - POSSIBILIDADES



- ① Pátio central
- ② Espaço coletivo integrador
- ③ Unidades habitacionais
- ④ Caminhos que conectam as unidades
- ⑤ Garagem / Depósito
- ⑥ Áreas de estar próximas às ruas
- ⑦ Circulo de bananeiras
- ⑧ Hortas domésticas
- ⑨ Tratamento Ecológico de Efluentes Domésticos
- ⑩ Caixa d'água coletiva
- ⑪ Composteira
- ⑫ Bambuzais
- ⑬ Jardins filtrantes e canteiros produtivos



Fachada norte de um núcleo familiar.

Planta de cobertura de um núcleo familiar.

Fachada lateral do conjunto do núcleo familiar.

ESPAÇOS COLETIVOS INTEGRADORES

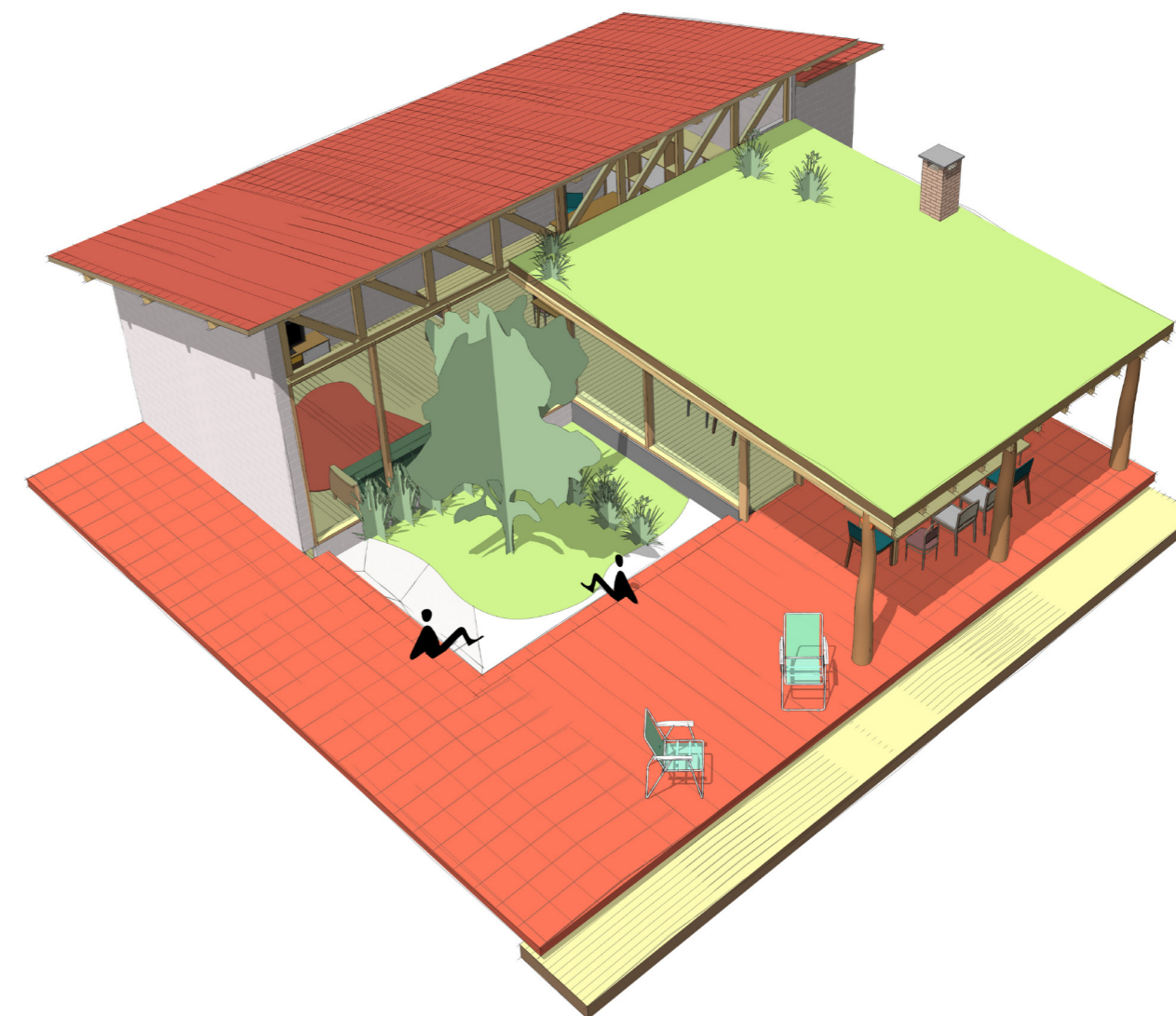
Prevê-se uma edificação coletiva integradora em cada núcleo habitacional, como locais de reunião, convívio e confraternização, além de oferecerem espaços e equipamentos compartilhados, que não necessitam estar em cada habitação, como cozinhas de maior porte, fogão a lenha, mesas grandes para refeições em grupo e estudos, banheiros externos, sala de televisão, varandas amplas e outros.

Foram pensadas algumas configurações para esses espaços, com diferentes dimensões, a partir da combinação desses elementos. O programa e a dimensão depende das intenções da família para o es-

paço, da forma de uso das unidades e de espaços coletivos, do tamanho da família e da configuração do núcleo familiar. Essas construções poderiam funcionar como extensões das unidades habitacionais, quase como o ambiente social e de serviço de uma grande casa ou ainda ser apenas um local para refeições em grupo em dias especiais.

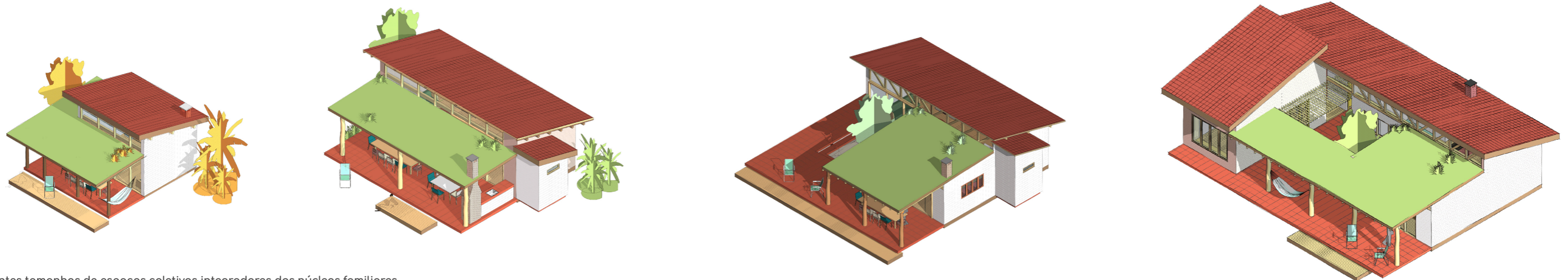


Interior de um espaço coletivo integrador.



Perspectiva de um espaço coletivo integrador.

ESPAÇOS COLETIVOS INTEGRADORES - POSSIBILIDADES



Diferentes tamanhos de espaços coletivos integradores dos núcleos familiares

UNIDADES HABITACIONAIS

Da mesa forma que o núcleo de ocupação, os núcleos familiares e os espaços coletivos, as unidades habitacionais foram pensadas como **construções flexíveis e expansíveis** de acordo com as necessidades dos moradores. A partir de um núcleo mínimo, conformado por um ambiente e um sanitário, podem ser somados: uma cozinha, área de serviço, dormitórios e um segundo pavimento, por exemplo.

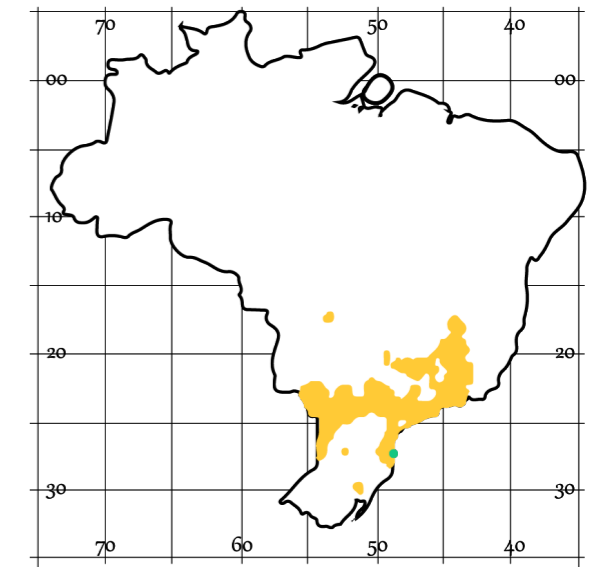
A construção de unidades a partir de um **módulo básico e volumes** que podem ser agregados permite reduzir alguns cus-

tos e trabalhos, como levantamento das quantidades de materiais necessários, redução de desperdícios, permite a troca de materiais entre comunitários e aproveitamento de equipamentos para construção, como escoras e caixarias.

As principais diretrizes que guiaram o projeto das unidades habitacionais foram: construções o mais sustentáveis possível, condizentes com o local onde estão inseridas, uma unidade de conservação, e com isso refere-se aos materiais e técnicas construtivas, mas também a soluções projetuais eficientes; construções com técnicas tradicionais e materiais locais, mas condizentes com as demandas contemporâneas e lançando mão das tecnologias modernas; e que fossem construções acessíveis, com tecnologias e materiais que permitam a autoconstrução e autonomia na manutenção.

As diretrizes construtivas para as edificações foram baseadas no Zoneamento bioclimático brasileiro, segundo a Norma NBR 15220-3, que define para Florianópolis - Zona bioclimática 3. Segundo a norma, é recomendado o aproveitamento do sol direto no inverno e o sombreamento das aberturas no verão, além de permitir a possibilidade de ventilação cruzada. Para os fechamentos, sugerem-se vedações isolantes e refletoras e divisórias internas pesadas.

Para isso, buscou-se que a maioria dos cômodos tivesse ampla face para a orientação Norte, onde as maiores aberturas foram dispostas para entrada de sol no inverno e cobertas por beirais que sombreiam os vidros no verão, enquanto que as outras orientações são mais vedadas, com aberturas mais focadas na ventilação cruzada e iluminação, a fim de minimizar as perdas de calor no inverno e excesso de insolação no verão.

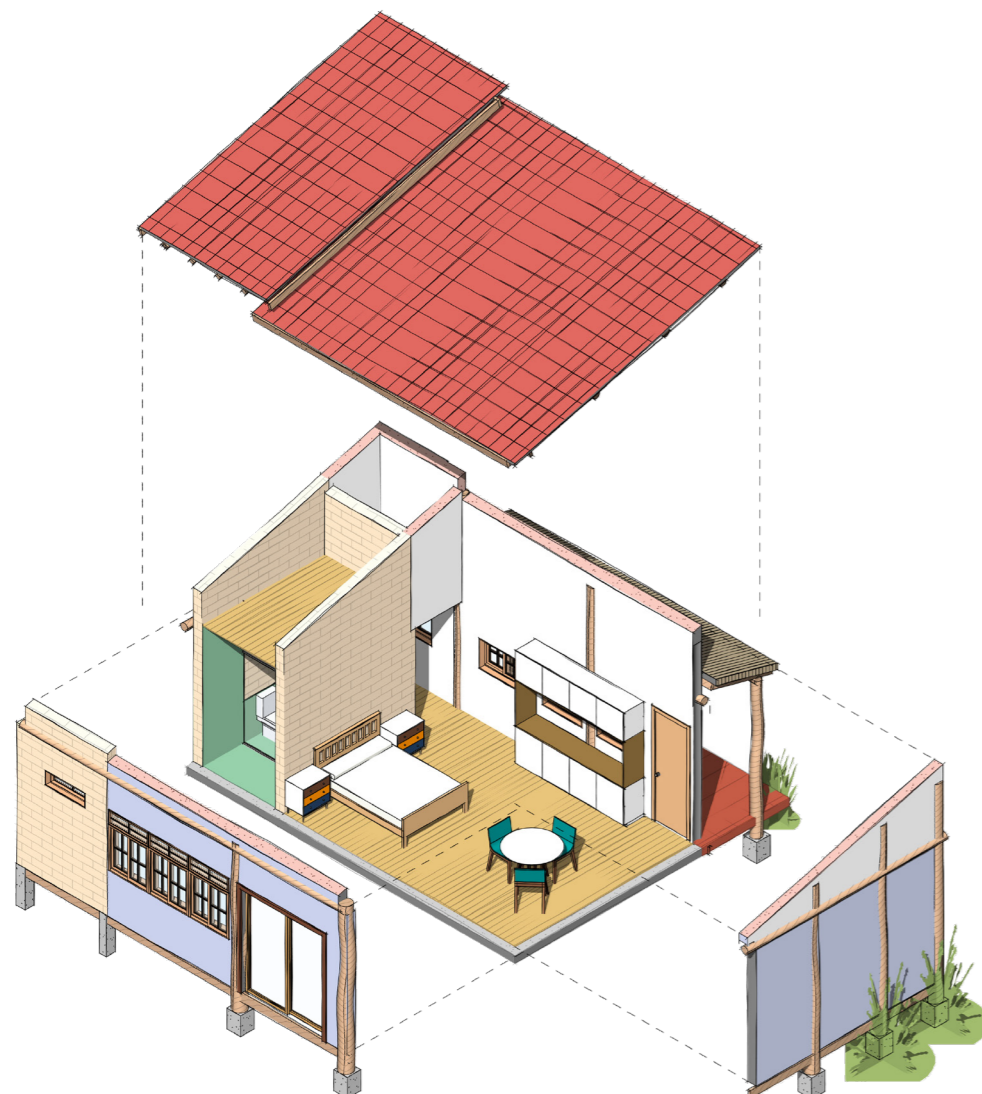


Zona Bioclimática 8

Abrangência da Zona Bioclimática 8

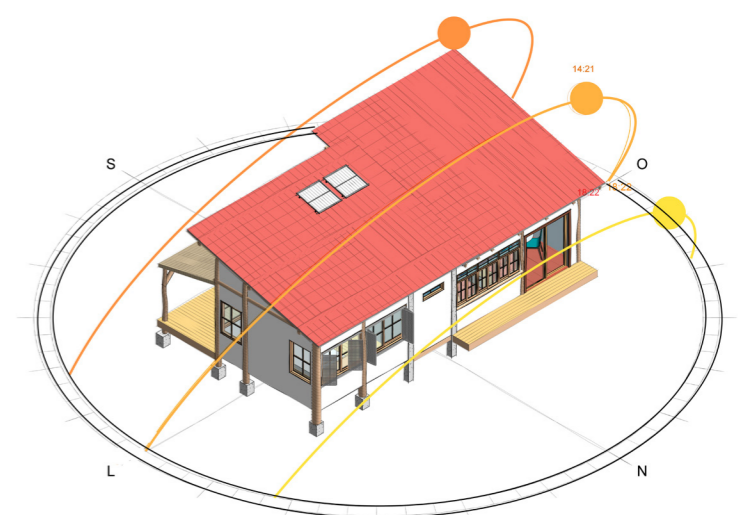
Paredes externas	Leves e refletoras
Coberturas	Leves e isolada
Tamanho das aberturas	Médias
Sombreamento das aberturas	Permitir sol no inverno
Inverno	Aquecimento solar da edificação Paredes internas pesadas
Verão	Ventilação cruzada

Estratégias bioclimáticas para a Zona Bioclimática 8



“As habitações antigas eram todas de estuque. E a primeira casa de Isidro no atual terreno era de estuque, com telha de palha, parede de barro.”
(Olindina Maria da Costa)

(MAMIGONIAN; SILVA; LEITE; SPAOLONSE; CAMPOS, 2019, p. 85)



Estudo solar para layout, aberturas, telhado e varandas.

UNIDADES HABITACIONAIS - POSSIBILIDADES

Segundo pavimento							
Térreo							
Isométrico Norte-Oeste							
Isométrico Sul-Leste							

● Foram utilizados poucos tamanhos de janelas e portas, seguindo uma modulação de 30cm, para facilitar a construção e a troca de esquadrias entre edificações.

● As edificações foram pensadas preferencialmente afastadas do chão, para evitar a umidade do solo e proteger elementos como madeira, bambu e terra das construções, além de criar uma unidade entre as casas conectadas, por

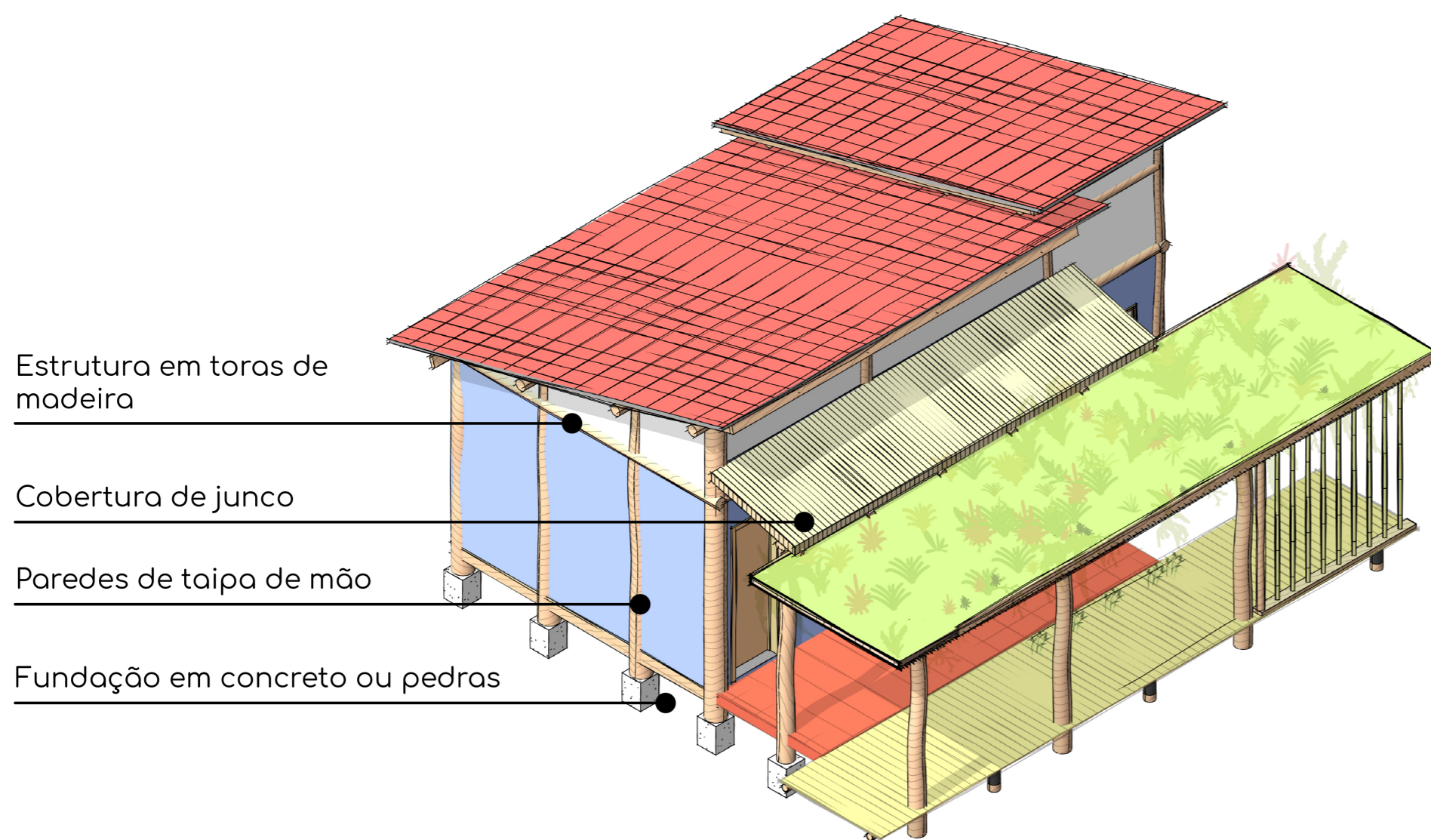
caminhos elevados, separados do pátio e quintais.

A tecnologia construtiva e os materiais utilizados na construção, da mesma forma, são flexíveis. As formas simples e a modulação utilizadas permitem a utilização de diversos materiais, sendo o mais adequado aquele que se tem disponível. Aprofundou-se um pouco mais em alternativas que valorizam os usos de materiais locais e técnicas tradicionais,

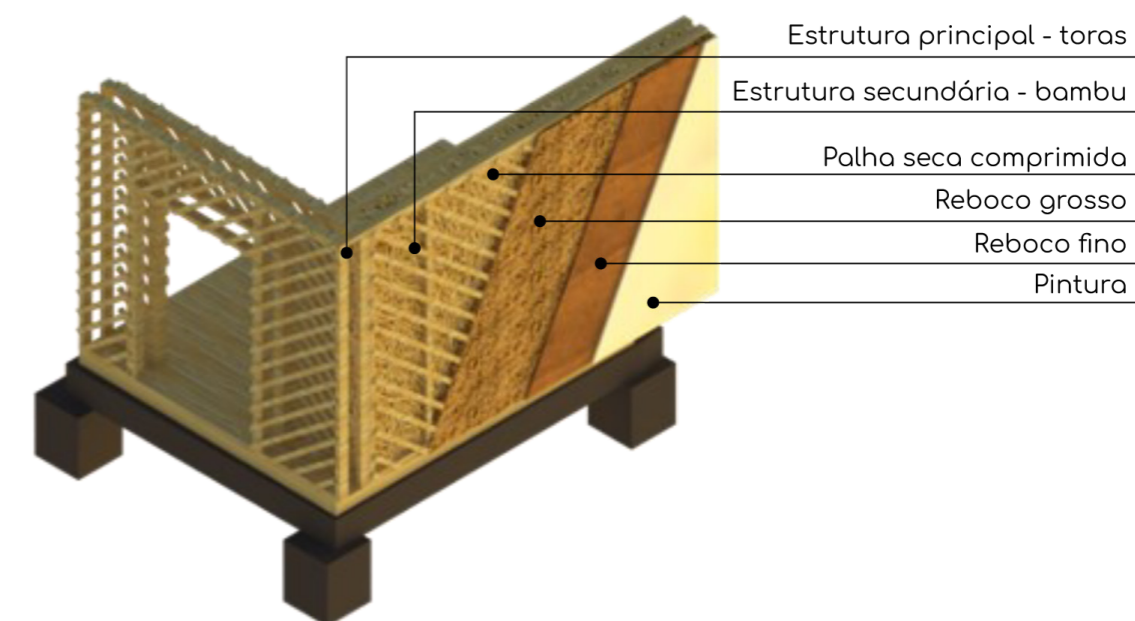
como o pau a pique (taipa de mão) e a utilização de madeiras roliças, bambus, terra, pedras e palha. A terra é um material interessante neste projeto, além de ser tradicionalmente utilizado, abundante e natural, é infinitamente reutilizável e pode ser devolvido ao ambiente de origem, além de que possui propriedades reguladoras da umidade do ar nos ambientes (propriedade higroscópica), desde que não seja impermeabilizada.

Assim, propõe-se um sistema construtivo com estrutura em pinus e eucaliptos roliços, abundantes no local, e vedações em taipa de mão, com a malha secundária feita em ripas de bambu. Tradicionalmente as paredes são recheadas de terra, mas alternativamente, sugere-se também um tipo de taipa leve, preenchida com fardos de palha, material amplamente disponível, de rápido crescimento e baixo custo, e capaz de tornar as paredes mais isolantes termicamente e reduzir o consumo de terra. Sobre a malha de bambu, faz-se uma camada de reboco grosso e reboco fino de terra e por fim uma pintura para proteger.

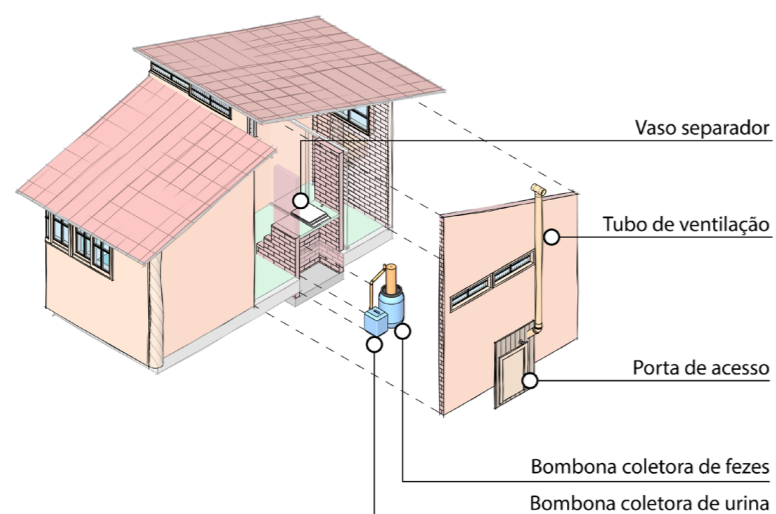
Para as coberturas de varandas, especialmente, pensou-se em estruturas de bambu, com coberturas de juncos, espécie ainda abundante no território, nas margens da lagoa. As fundações foram pensadas em pedras ou concreto.



Sugestão de sistemas construtivos.



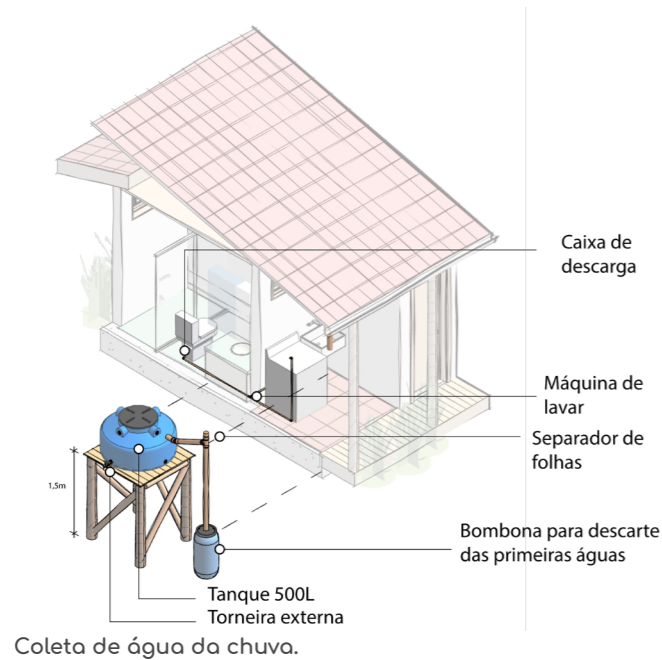
Sugestão de sistemas construtivos (Protierra Chile)



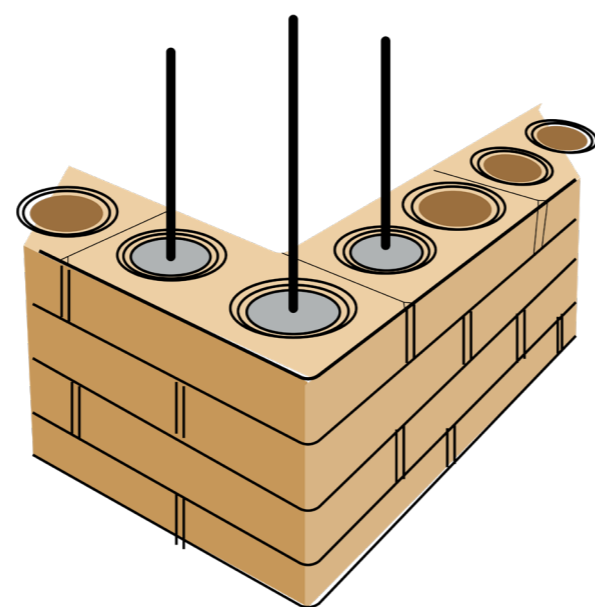
Exemplo de banheiro seco.



Exemplo de estufa e perfolado com vegetação decídua.



Nas áreas úmidas, em especial o banheiro, a ideia é que sejam feitas em blocos de terra comprimida, também conhecidos como blocos de solocimento ou tijolos ecológicos, que também serviriam como bloco rígido pra travar a estrutura de madeira.

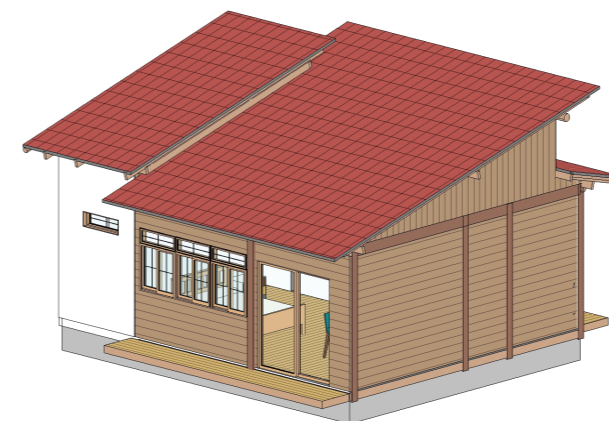


Esquema de construção com tijolo de solocimento.

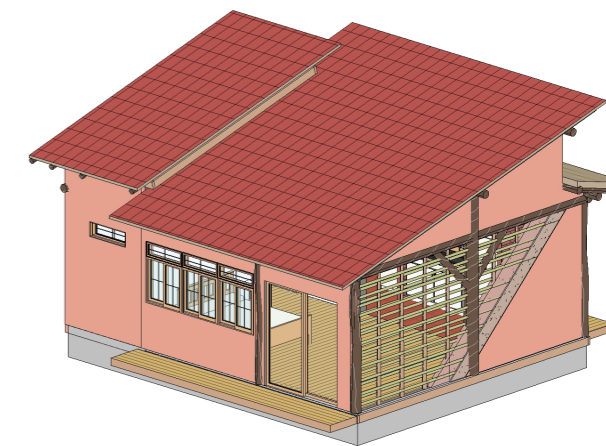
- Estratégias de aquecimento passivo e sombreamento podem ser acoplados também, como estufas e pérgolas com vegetação decídua.

- Para aquecimento das águas e possível geração de energia fotovoltaica, os telhados estão orientado ao Norte.

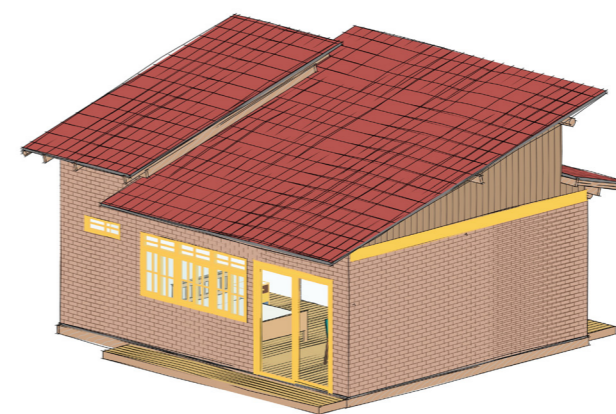
São muitas as possibilidades de combinações entre técnicas tradicionais de construção e materiais convencionais:



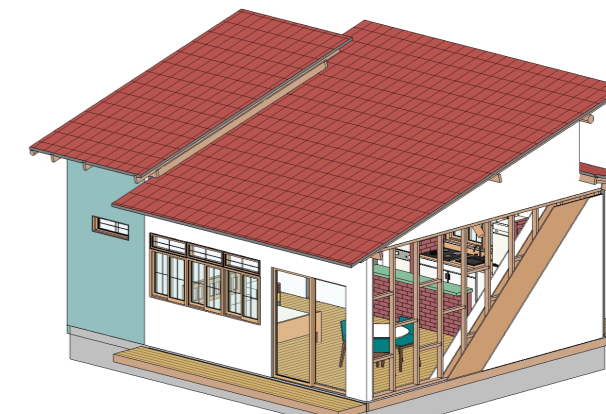
Madeira.



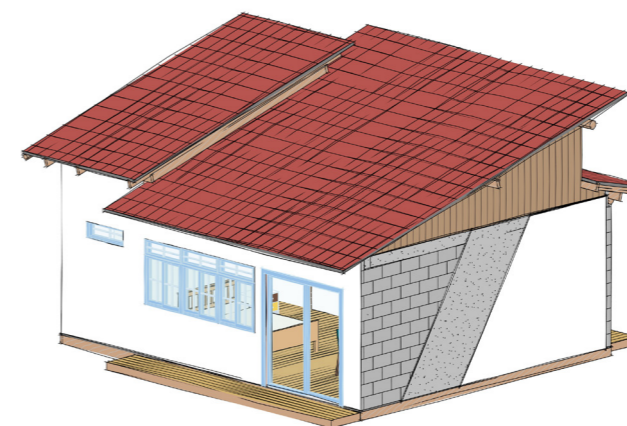
Taipa de mão.



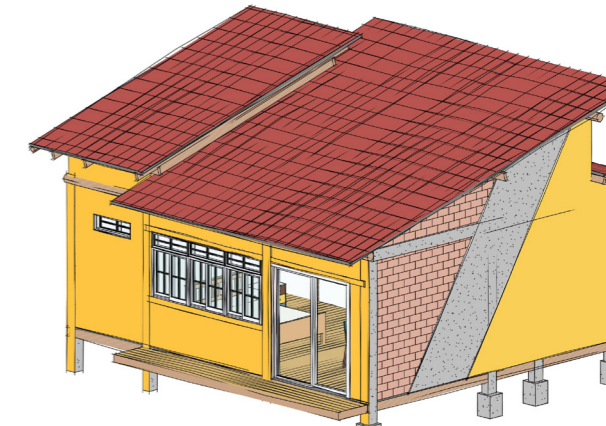
Tijolo à vista.



Woodframe.



Bloco de concreto estrutural.



Estrutura de concreto e vedação em alvenaria cerâmica.

BIBLIOGRAFIA

BRAVO, Claudia Rojas. *Comunidade Quilombola Vidal Martins, Florianópolis - SC: Relações identidade-território a partir de um olhar geográfico*. Florianópolis, 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular, 2000.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro: experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX*. Itajaí: Casa Aberta, 2008. (África Brasil)

COSTA, Lara Moutinho da. *Territorialidade e racismo ambiental: elementos para se pensar a educação ambiental crítica em unidades de conservação*. Pesquisa em Educação Ambiental, vol. 6, n. 1, p. 101-122, 2011.

CRISPIM, Paola Vaz Franco. *Comunidade quilombolas na região sul de Santa Catarina: Resistências e lutas*. Criciúma, 2017.

FERREIRA, Francisco Antônio Carneiro (Org.). *Projeto Parque Estadual do Rio Vermelho: Subsídios ao plano de manejo*. Florianópolis: Insular, 2010.

LARA, Silvia Hunold. *Palmares: um reino africano no Brasil?*. Impressões Rebeldes, sem data. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/impresso-esrebeldes/?temas=palmares-um-reino-africano-no-brasil>>. Acesso em 22 mai. 2021.

LEITE, Ilka Boaventura. *O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais*. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 965-977, dez. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 mai. 2021.

MALCHER, Maria Albenize Farias. *Identidade quilombola e território*. Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Libertação. Belém, 21 a 25 de jan. pp. 399-421, 2009

MAMIGONIAN, Beatriz Galotti; SILVA, Clécio Azevedo da; LEITE, Ilka Boaventura; SPAOLONSE, Marcelo Barbosa; CAMPOS, Nazareno José de. (coords). *Relatório Antropológico: Caracterização histórica, sociocultural e territorial da Comunidade Vidal Martins (Florianópolis/SC)*. Florianópolis: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Universidade

Federal de Santa Catarina (UFSC), 2019.

OLIVEIRA, Emanuel Jardel Alves. *Racismo ambiental e a reivindicação territorial da comunidade quilombola Lagoas-PI (2008-2014)*. Pol. Hist. Soc., Vitória da Conquista, v. 19, n. 2, p. 325-341, jul.-dez. 2020

PROTERRA, Chile. *Construcción en quinchaliviana: Sistemas constructivos sustentables de reinterpretación patrimonial Chile*, 2017.

ROSA, Edson. *Descendentes de escravos do século 18 formam o primeiro quilombo de Florianópolis*. NDMAIS, FLORIANÓPOLIS, 19/08/2014. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/noticias/descendentes-de-escravos-do-seculo-18-formam-o-primeiro-quilombo-de-florianopolis/>>. Acesso em: 02 de maio de 2021.

Restauração Ecológica com Sistemas Agroflorestais: como conciliar conservação com produção. Opções para Cerrado e Caatinga / Andrew Miccolis ... [et al.]. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN/Centro Internacional de Pesquisa Agorflorestal – ICRAF, 2016.

SILVA, Maria Bernadete Lopes da. *Racismo Ambiental e Sociedades de Remanescentes Quilombolas*. Fundação Palmares, 2008. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?page_id=7713>. Acesso em 23 nov. 2021.

SPAOLONSE, Marcelo Barbosa. *Desamparados nas grotas do Estado: os contratemplos da sobreposição entre o território quilombola de São Roque e os Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral*. Ruris, vol. 7, n. 2, set. 2013, p. 33-56

NOTÍCIAS

Impasse em licitação do IMA envolvendo associação quilombola deixa camping de Florianópolis fechado. BAZZO, Dayane. NSC Total, 20/12/2018. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/impasse-em-licitacao-do-ima-envolvendo-associacao-quilombola-deixa-camping-de>>. Acesso em 22 mai. 2021.

TRF4 suspende efeitos de decisão que condenou IMA a pagar indenização por racismo contra associação quilombola. Portal G1, 18/10/2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/10/18/trf4-suspende-efeitos-de-decisao-que-condenou->

-ima-a-pagar-indenizacao-por-racismo-contra-associacao-quilombola.ghml >. Acesso em 22 mai. 2021.

Comunidade quilombola Vital Martins ocupa área reivindicada de terras no bairro do Rio Vermelho, em Florianópolis SC. ANTUNES, Jéssica; LENINE, Carlos. Jornal Nação Z, 20/11/2020. Disponível em: < <http://www.nacaoz.com.br/2015/comunidade-quilombola-vital-martins-ocupa-area-reivindicada-de-terras-no-bairro-do-rio-vermelho-em-florianopolis-sc/>>. Acesso em 22 mai. 2021.

Reviravolta judicial sobre terras de quilombo tem nova consequência. MADEIRA, Ana Carolina. Jornal SINDES/SC, 26/02/2021. Disponível em: < <https://sindessc.wordpress.com/2021/02/26/reviravolta-judicial-sobre-terras-de-quilombo-tem-nova-consequencia/>>. Acesso em 22 mai. 2021.

IMA/SC passa por cima dos direitos da comunidade quilombola Vidal Martins do Rio Vermelho. Portal Desacato, 18/11/2020. Disponível em: < <http://desacato.info/ima-sc-passa-por-cima-dos-direitos-da-comunidade-quilombola-vidal-martins-do-rio-vermelho/>>. Acesso em 22 mai. 2021.

